

PLANO DE AÇÃO DA RESERVA DA BIOSFERA DA ILHA DAS FLORES

Versão_Proposta
Consulta Pública
dezembro 2019

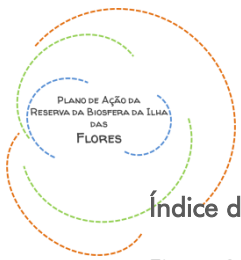
Ficha Técnica

Coordenação	Secretaria Regional da Energia, Ambiente e Turismo - Direção Regional do Ambiente
Execução Técnica	Simbiente Açores – Engenharia e Gestão Ambiental
Projeto	Plano de Ação das Reservas da Biosfera da Região Autónoma dos Açores e Programa Integrado de Desenvolvimento Sustentável das Fajãs de São Jorge
Descrição do Documento	Plano de Ação da Reserva da Biosfera da Ilha das Flores
N.º de Páginas	94
Versão	Proposta Consulta Pública
Data	dezembro 2019



Índice

1. Preâmbulo	5
2. Introdução	6
3. A Reserva da Biosfera da Ilha das Flores	14
3.1 Dados Gerais e Contexto	14
3.2 Caracterização e Diagnóstico	15
4. Plano de Ação 2019-2025 da Reserva da Biosfera da Ilha das Flores	28
4.1 Visão e Missão e Objetivos	28
4.2 Estrutura do Plano de Ação	30
4.2.1 Fichas de Ação	37
A – A Rede Mundial de Reservas da Biosfera como modelo funcional para o desenvolvimento sustentável	38
B - Colaboração inclusiva, dinâmica e orientada para os resultados e dinâmicas de rede dentro do Programa MaB e da Rede Mundial de Reservas da Biosfera	71
C - Parcerias externas eficazes, financiamento suficiente e sustentável para o Programa MaB e para a Rede Mundial de Reservas da Biosfera	81
D - Comunicação, informação e divulgação de dados de forma inteligível, moderna, aberta e transparente.....	90
E - Governança efetiva do programa MaB da Rede Mundial de Reservas da Biosfera e no interior destas	94



Índice de Figuras

Figura 2.1_ Linha temporal do enquadramento da RBIF	13
Figura 3.1_ Zonamento da Reserva da Biosfera Ilha das Flores (Fonte: Candidatura a Reserva da Biosfera da Ilha das Flores)	14
Figura 4.1_ Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 das Nações Unidas (Fonte: https://www.ods.pt/ods/)	28
Figura 4.2_ Estrutura do Plano de Ação da RBIF	30

Índice de Quadros

Quadro 3.1_ Diagnóstico SWOT à RBIF	26
Quadro 4.1_ Ações do Plano de Ação para as RB de Portugal a considerar – Área Estratégica A: A Rede Mundial de Reservas da Biosfera como Modelo de Desenvolvimento Sustentável	32
Quadro 4.2_ Ações do Plano de Ação para as RB de Portugal a considerar – Área Estratégica B: Colaboração inclusiva, dinâmica e orientada para os resultados e dinâmicas de rede dentro do MaB e da RMRB	34
Quadro 4.3_ Ações do Plano de Ação para as RB de Portugal a considerar - Área Estratégica C: Parcerias Externas eficazes, financiamento suficiente e sustentável para o Programa MaB e para RMRB	35
Quadro 4.4_ Ações do Plano de Ação para as RB de Portugal a considerar – Área Estratégica D: Comunicação, informação e divulgação de dados de forma inteligível, moderna, aberta e transparente	36
Quadro 4.5_ Ações do Plano de Ação para as RB de Portugal a considerar – Área Estratégica E: Governança Efetiva do Programa MaB, da RMRB e no interior das RB	36

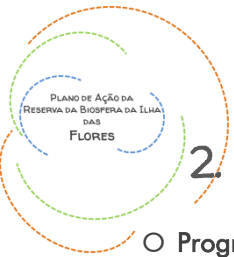


1. PREÂMBULO

O presente documento concretiza a proposta para o Plano de Ação da Reserva da Biosfera da Ilha das Flores e resulta de um projeto conjunto, da iniciativa da Secretaria Regional da Energia, Ambiente e Turismo – Direção Regional do Ambiente, para o desenvolvimento dos Planos de Ação das Reservas da Biosfera da Região Autónoma dos Açores – Corvo, Flores, Graciosa e Fajãs de São Jorge e ainda do Programa Integrado de Desenvolvimento Sustentável das Fajãs de São Jorge.

De referir que foi recentemente submetido ao Comité Nacional do MaB o 1.º Relatório de Revisão Periódica da Reserva da Biosfera das Flores.





2. INTRODUÇÃO

O **Programa Man & the Biosphere (MaB)** é um programa científico da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), criado em 1971 numa perspetiva de promover o equilíbrio entre as sociedades humanas e os ecossistemas naturais.

Inicialmente muito centrado na conservação da natureza, foi-se adaptando aos novos desafios globais e atualmente tem como objetivo último a conservação da biodiversidade e do património cultural, a promoção do desenvolvimento económico sustentável e a melhoria da qualidade de vida das populações.

Os principais objetivos concretizam-se através da designação de Reservas da Biosfera (RB), territórios onde existe um mosaico de ecossistemas importantes e representativos de uma determinada região biogeográfica que funcionam como laboratórios vivos, onde se ensaiam iniciativas de conservação, promoção e utilização sustentável dos recursos endógenos em cooperação entre as populações e os atores de desenvolvimento local.

Para além da conservação da biodiversidade, as Reservas da Biosfera, enquanto áreas piloto e laboratórios de sustentabilidade onde se promovem iniciativas inovadoras e a transferência de conhecimento para outros territórios, são também espaços de apoio ao desenvolvimento de

práticas e implementação de estratégias nas áreas do Desenvolvimento Sustentável e das Alterações Climáticas.

As Reservas da Biosfera foram, assim, concebidas para responder a uma das questões mais essenciais que o mundo enfrenta hoje:

Como conciliar a preservação da biodiversidade e dos recursos com o seu uso sustentável?

As Reservas da Biosfera são áreas de ecossistemas terrestres ou costeiros/marinhos ou uma combinação de ambos, reconhecidas internacionalmente como tal no âmbito do Programa MaB. Estabelecem-se em zonas ecologicamente representativas ou de valor único, nas quais a integração da população humana e das suas atividades são essenciais. Devem contribuir para preservar e manter os valores naturais e culturais através de uma gestão sustentável, apoiada em bases científicas corretas e na criatividade cultural.

Para a gestão das RB foi criada a **Rede Mundial de Reservas da Biosfera (RMRB)**, que consiste numa rede dinâmica e interativa de territórios de excelência e que tem como objetivo promover a integração e simbiose harmoniosa entre as pessoas e a natureza, rumo ao desenvolvimento sustentável, através do diálogo participativo, a partilha de conhecimento,

a redução da pobreza, a melhoria do bem-estar humano, o respeito pelos valores e o desenvolvimento de capacidades para lidar com a mudança no mundo.

Esta rede abrange, atualmente, 701 RB em 124 países, incluindo 21 RB transfronteiriças em 31 países.

Esta rede pretende também promover a cooperação entre os diferentes territórios classificados como RB e constitui um instrumento único para a colaboração internacional através da troca de experiências e conhecimentos especializados, o desenvolvimento das capacidades e a promoção das melhores práticas.

É uma rede de ecossistemas naturais dedicada à pesquisa interdisciplinar, capacitação, gestão e experimentação, em que são combinados fatores económicos, ambientais e sociais alternativos e inovadores para o desenvolvimento sustentável.

Este conjunto de territórios coopera através de seis Redes regionais, seis Redes sub-regionais e sete Redes de ecossistemas específicos.

A nível nacional, em setembro de 2016 foi criada a **Rede Nacional de Reservas da Biosfera (RNRB)** da UNESCO. A RNRB foi uma iniciativa da Comissão Nacional da UNESCO e é coordenada por uma Comissão, à qual compete assegurar o acompanhamento das suas atividades e convocar e dirigir as respetivas reuniões, sendo constituída por dois

gestores das Reservas da Biosfera e pela própria Comissão Nacional da UNESCO.

Esta Rede tem como objetivos promover a aproximação entre as Reservas da Biosfera portuguesas, o intercâmbio de conhecimentos, a participação conjunta em projetos e iniciativas de promoção e divulgação dos territórios, colaborando na difusão do conceito de Reserva da Biosfera em Portugal e no Mundo.

Portugal que está associado ao Programa Man & the Biosphere desde finais de 1981, contribui, atualmente, com 11 Reservas da Biosfera, 3 das quais de natureza transfronteiriça – Gerês/Xurês, Meseta Ibérica e Tejo Internacional.

Na Região Autónoma dos Açores foram criadas quatro reservas da Biosfera, Corvo e Graciosa em 2007, Flores em 2009 e Fajãs de São Jorge em 2016, que passaram a fazer parte da Rede Mundial de Reservas da Biosfera da UNESCO, por decisão do Bureau do Conselho Internacional de Coordenação do Programa MAB (Homem e Biosfera).

As Reservas da Biosfera devem cumprir de forma integrada três funções:

- **Conservação:** Contribuir para a conservação da biodiversidade, incluindo os ecossistemas, espécies e variedades, bem como as paisagens onde se inserem;





- **Desenvolvimento Sustentável:** Fomentar o desenvolvimento económico que seja sustentável do ponto de vista sociocultural e ecológico;
- **Suporte logístico:** Criar condições logísticas para a realização de projetos demonstrativos, para a produção e expansão do conhecimento e para a educação ambiental, bem como para as pesquisas científicas.

De notar que a gestão das Reservas da Biosfera pretende ser um modelo de desenvolvimento centrado na conservação dos patrimónios ambiental e cultural. Neste sentido, o Decreto Legislativo Regional n.º 15/2012/A, de 2 de abril que aprova na RAA o regime jurídico da conservação da natureza e da proteção da biodiversidade, contempla uma secção para as reservas da Biosfera (Secção V) onde são afixados os objetivos das reservas da Biosfera (artigo 51.º), os Planos de Ação (artigo 52.º), a Gestão das reservas da biosfera (artigo 53.º) e o Conselho de gestão da reserva da biosfera (artigo 54.º).

Considerando a Visão do Programa MaB: *“Um mundo onde as pessoas são conscientes do seu futuro comum e da interação com o nosso planeta, e atuam de forma coletiva e responsável para construir sociedades prósperas, em harmonia com a Biosfera. O Programa MaB e a sua Rede Mundial de Reservas de Biosfera trabalham para atingir esta visão dentro*

e fora das Reservas da Biosfera.”, a sua missão para o período 2015-2025 é:

- Desenvolver e fortalecer modelos para o desenvolvimento sustentável na RMRB;
- Comunicar experiências e lições aprendidas, facilitando a difusão e a aplicação global desses modelos;
- Fomentar a avaliação e a gestão, as estratégias e as políticas de qualidade para o desenvolvimento e planeamento sustentáveis, bem como apoiar as instituições responsáveis e resilientes;
- Ajudar os Estados-Membros e as partes interessadas a cumprirem urgentemente com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, através de experiências da RMRB, nomeadamente através do estudo e análise de políticas, tecnologias e inovações para a gestão sustentável da biodiversidade e dos recursos naturais e para a mitigação e adaptação às alterações climáticas;

Tanto a Estratégia MaB 2015-2025 como o Plano de Ação de Lima 2016-2025 assentam na continuidade da Estratégia de Sevilha (1995) e do Quadro Estatutário da Rede Mundial das Reservas da Biosfera e têm por base os resultados da avaliação da implementação do Plano de Ação de Madrid para as Reservas da Biosfera (2008-2013).

Em consonância com a visão e missão do Programa MaB, o Plano de Ação de Lima dá grande ênfase às sociedades prósperas em harmonia com a Biosfera para atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e a implementação da Agenda 2030, tanto dentro como fora das reservas da biosfera, através da disseminação global dos modelos de sustentabilidade desenvolvidos nos territórios classificados com esta chancela.

O Plano de Ação de Lima 2016-2025

O Plano de Ação de Lima para o Programa MaB da UNESCO e a sua Rede Mundial de Reservas de Biosfera (2016-2025) contém um conjunto abrangente, embora sucinto, de ações destinadas a assegurar a implementação efetiva da Estratégia MaB 2015-2025.

O Plano de Ação de Lima foi adotado durante o 4.º Congresso Mundial de Reservas da Biosfera, em Lima, no Perú, em 2016, e é apresentado como uma matriz, estruturada de acordo com as 5 áreas de ação estratégica (e que estão na base da elaboração do Plano de ação para as Reservas da Biosfera Portuguesas):

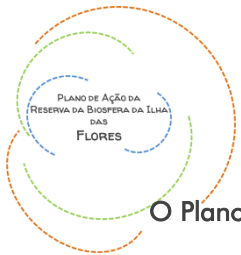
- **A** – A Rede Mundial de Reservas da Biosfera como modelo funcional para o desenvolvimento sustentável;

- **B** - Colaboração inclusiva, dinâmica e orientada para os resultados e dinâmicas de rede dentro do Programa MaB e da Rede Mundial de Reservas da Biosfera;
- **C** - Parcerias externas eficazes, financiamento suficiente e sustentável para o Programa MaB e para a Rede Mundial de Reservas da Biosfera;
- **D** - Comunicação, informação e divulgação de dados de forma inteligível, moderna, aberta e transparente;
- **E** - Governança efetiva do programa MaB, da Rede Mundial de Reservas da Biosfera e no interior destas.

Inclui objetivos a atingir, ações e resultados específicos que contribuirão para a efetiva implementação dos objetivos estratégicos contidos na Estratégia MaB e especifica também as entidades com maior responsabilidade pela sua implementação, juntamente com o âmbito temporal/prazos e os indicadores de desempenho.

Utilizando a Estratégia MaB 2015-2025 e o Plano de Ação de Lima 2016-2025 como pontos de referência fundamentais, os Comitês nacionais e as várias Redes MaB são fortemente encorajados a prepararem as suas próprias estratégias e planos de ação. Estes documentos devem ser fundamentados nas realidades e imperativos nacionais e regionais e contribuirão tanto para a sua reflexão e abordagem como para a implementação do Plano de Ação de Lima a nível global.





O Plano de Ação para as Reservas da Biosfera de Portugal (2018-2025)

É precisamente no seguimento do Plano de Ação de Lima 2016-2025, que o Comité Nacional MaB desenvolve a adaptação do Plano de Ação de Lima à realidade das Reservas da Biosfera nacionais incluindo, as RB Transfronteiriças – Plano de Ação para as Reservas da Biosfera de Portugal 2018-2025. Esse documento, aprovado por todas as RB presentes na Rede Nacional de Reservas da Biosfera e as entidades presentes no Comité nacional MaB, constituiu-se como o guia de bordo da estratégia de ação nos próximos anos.

A nível regional o Decreto Legislativo Regional n.º 15/2012/A, de 2 de abril, refere que “cada reserva da biosfera é dotada de um plano de ação, trienal, do qual devem constar as ações a desenvolver no período” (número 1) e que deve “conter um programa de educação ambiental específico para os residentes na reserva e as ações de promoção interna e externa necessárias para a realização dos objetivos fixados para as reservas da biosfera no âmbito do Programa Homem e Biosfera da UNESCO” (número 2).

Refere ainda que os planos de ação deverão ainda concretizar os eixos estratégicos de cada uma das Reservas da Biosfera, através de fichas de ação, nas quais se descrevem as principais linhas de atuação realizadas

em cada Eixo, o seu contexto e objetivos, os indicadores e o impacto no território, o cronograma e o financiamento previsto.

Assim, prosseguindo os objetivos próprios das Reservas da Biosfera, definidos pelo Programa Homem e a Biosfera (MaB), e tendo por base o diagnóstico de necessidades e oportunidades e a análise das problemáticas em cada uma das áreas abrangidas pelas quatro Reservas da Biosfera da Região Autónoma dos Açores (RAA), estes planos de ação devem incidir, de um modo geral, sobre cada um dos respetivos eixos estratégicos de intervenção, mas também dar especial atenção aos problemas comuns relativos à conservação e gestão dos recursos naturais e aos desafios que se colocam ao desenvolvimento socioeconómico sustentável no âmbito geral da RAA. Isto permitirá também concretizar e implementar efetiva e eficazmente o conceito e objetivos da marca “Biosfera Açores”, privilegiando as atuações que permitam a partilha de sinergias, conhecimento (não obstante, tendo sempre em consideração as especificidades de cada ilha abrangida) e cooperação, não só com os respetivos PNI, mas também entre as diferentes ilhas e realidades.

Considera-se também importante prever atuações específicas para consolidar a imagem das Reservas da Biosfera e fomentar a participação social e a integração institucional e sectorial em todo o processo que envolve a programação e implementação do Plano de Ação.

A implementação destes Planos de Ação exigirá a participação ativa de todos os intervenientes, tanto públicos como privados, envolvidos em cada um dos territórios das Reservas da Biosfera e deverão também ser definidos mecanismos de financiamento para garantir de modo continuado a implementação das ações no horizonte de implementação dos planos.

E, neste sentido, importa referir que, sendo os planos de ação aprovados por portaria do membro do Governo Regional competente em matéria de ambiente (número 3 do artigo 52.º), as reservas da Biosfera são atualmente administradas no âmbito do parque natural de ilha onde se localizam (número 1 do artigo 53.º) e o parque natural de ilha fornece o apoio logístico e administrativo necessário ao funcionamento da reserva (número 2 do artigo 53.º).

Quanto ao conselho de gestão da reserva da biosfera (artigo 54.º), importa considerar que cada reserva da biosfera é dotada de um conselho de gestão com a seguinte composição:

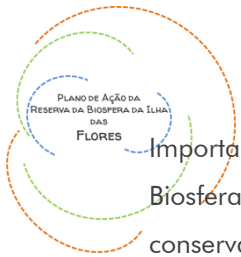
- a) O diretor do parque natural de ilha, que preside;
- b) Um representante de cada um dos departamentos da administração regional autónoma competentes em matéria de economia, agricultura, florestas e pescas, nomeados pelos respetivos membros do Governo Regional;



- c) O presidente de cada uma das câmaras municipais dos municípios em cujo território a reserva se localize, ou um seu representante;
- d) Um representante de cada uma das associações empresariais com atividade na ilha onde se localize a reserva;
- e) Um representante de cada associação agrícola e de pescadores existente na ilha onde se localize a reserva;
- f) Um representante de cada uma das organizações não-governamentais de ambiente com sede ou intervenção na ilha onde se localize a reserva;
- g) Um representante da Secção de Proteção da Natureza e do Ambiente (SEPNA) do Comando Territorial dos Açores da Guarda Nacional Republicana.

Ao conselho cabe:

- a) Dar parecer sobre o plano de gestão da reserva da biosfera e sobre a sua execução;
- b) Acompanhar a gestão da reserva da biosfera;
- c) Promover e autorizar o uso da marca e dos logótipos associados à reserva da biosfera em produtos e serviços;
- d) Sugerir ações e projetos de dinamização e promoção dos objetivos da reserva.



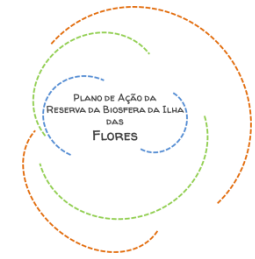
Importa ainda referir que atendendo a que a Gestão das Reservas da Biosfera pretende ser um modelo de desenvolvimento centrado na conservação dos patrimónios ambiental e cultural, sendo a sua gestão na Região atualmente assegurada pelos Parques Naturais de Ilha (PNI), a unidade de gestão base da Rede de Áreas Protegidas da RAA, os Planos de Ação deverão ser considerados no desenvolvimento dos planos de gestão e de ação dos PNI das respetivas ilhas. É fundamental assegurar que não se geram conflitos entre planos e respetivas estratégias de ação e intervenção, nem redundâncias ao nível das ações e intervenções e que são maximizadas e potenciais as sinergias entre estratégias de intervenção, em que ambos os planos, para cada ilha, se complementem e se exponenciem mutuamente. Para além dos PNI, os Planos de Ação deverão articular-se com outros instrumentos legais e de planeamento aplicáveis.

O Plano de Ação foi desenvolvido tendo em consideração, e orientado para, a concretização dos seguintes objetivos:

- Otimizar e implementar eficazmente a marca “Biosfera Açores” e os respetivos objetivos subjacentes à sua criação: “realçar os fatores distintivos da Região: Biodiversidade e Geodiversidade de excelência; Calma e natureza inexplorada; Vida marítima; Diversidade de ilhas e paisagens e Produtos locais, permitindo assim colocar esta “Marca” ao serviço do incremento da

atratividade do produto “turismo da natureza” e do destino Açores, contribuindo para implementar uma estratégia que vise o desenvolvimento sustentável deste destino turístico”;

- Desenvolver e implementar estratégias e ações que concretizem as funções de Reserva da Biosfera;
- Contribuir e assegurar a conformidade com a Estratégia do MAB 2015-2025 e com o Plano de Ação de Lima para o MAB e para a Rede Mundial das Reservas da Biosfera (2016-2025) (que determina e impulsiona esses espaços como motor para alcançar os objetivos do desenvolvimento sustentável de 2030 e para a luta contra as alterações climáticas e visa orientar a estratégia e as ações que serão empreendidas pelo Conselho Internacional de Coordenação do MAB.
- Implementar e fortalecer modelos de desenvolvimento sustentável dentro das reservas da biosfera, incluindo soluções que protejam e promovam os conhecimentos dos seus habitantes;
- Utilizar estas reservas como locais prioritários para a conservação da biodiversidade e dos seus ecossistemas, assim como para acompanhar as consequências das alterações climáticas, incluindo a sua mitigação e adaptação;
- Implementar estratégias de conservação das reservas da biosfera com as comunidades locais, científicas, juvenis, e nativas, e também com o setor privado.



A figura 2.1 apresenta esquematicamente algumas das etapas mais emblemáticas do processo e caminho da RBIF.

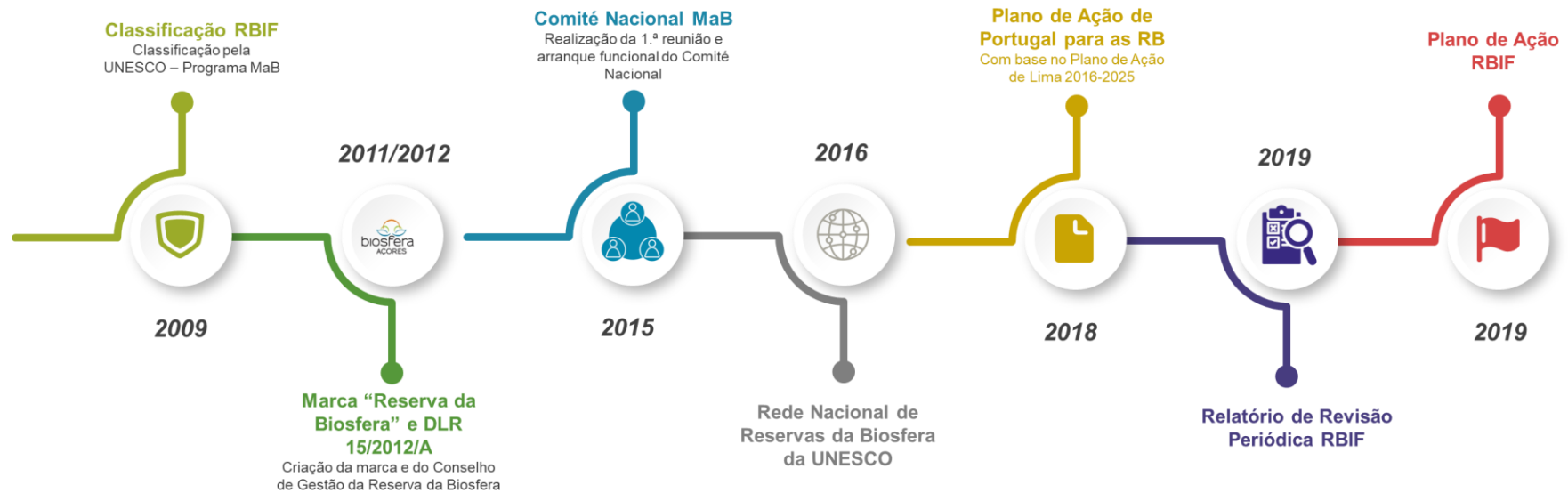
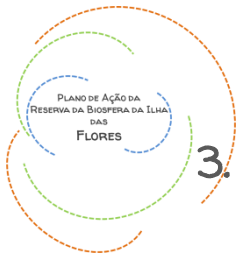


Figura 2.1_ Linha temporal do enquadramento da RBIF



3. A RESERVA DA BIOSFERA DA ILHA DAS FLORES

3.1 DADOS GERAIS E CONTEXTO

A Reserva da Biosfera da Ilha das Flores (RBIF) está centralizada na ilha das Flores, sexta ilha do Arquipélago em superfície, com cerca de 143 km² e altitude máxima de 914 metros no Morro Alto, parte central da ilha, e compreende toda a área emersa da ilha e uma zona marinha adjacente, cobrindo uma área total de 58.619 hectares, contendo no seu interior valores paisagísticos, geológicos, ambientais e culturais únicos a nível regional, nacional e internacional.

A Figura 3.1 apresenta o zonamento da RBIF.

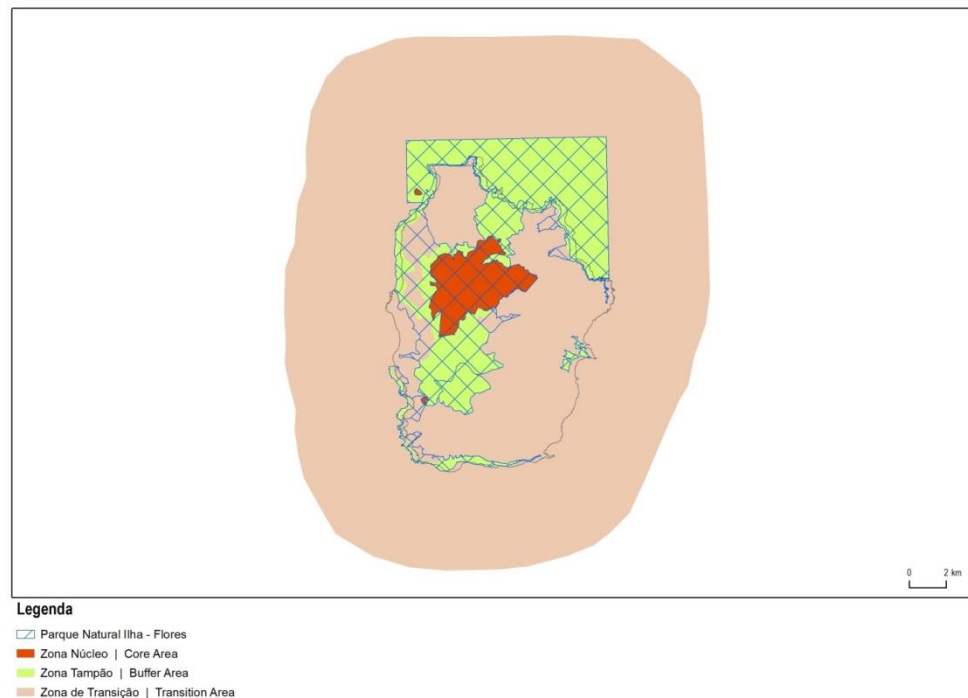


Figura 3.1 _ Zonamento da Reserva da Biosfera Ilha das Flores (Fonte: Candidatura a Reserva da Biosfera da Ilha das Flores¹)

O reconhecimento mundial deste território como RB assenta em diversas características e especificidades singulares desta ilha e

¹ Secretaria Regional do Ambiente e do Mar/Direção Regional do Ambiente (2012). Ilha das Flores – Candidatura a Reserva da Biosfera.

reflete os seus valores paisagísticos, geológicos, ambientais e culturais únicos.

A ilha apresenta um relevo vigoroso, com uma estrutura planáltica em dois degraus, de onde se projetam vários aparelhos vulcânicos. Nas zonas aplanadas envolventes destes cones, ocorre um grupo de caldeiras ou lagoas, antigas crateras de afundamento, rasas ou fundas, com água acumulada na sua parte inferior.

As zonas altas e húmidas do Planalto Central contêm a maior área contínua da região com turfeiras, vital para o equilíbrio hídrico da ilha e para as características ribeiras e cascatas que a definem paisagisticamente, constituindo-se algumas como habitats prioritários da Diretiva Habitats, extremamente importantes como áreas de descanso e alimentação de aves migradoras.

É igualmente reconhecida a singularidade paisagística e biofísica do litoral da ilha, com formações geológicas, recortes, cascatas e outros elementos emblemáticos do litoral florentino. Este apresenta arribas altas e exibe um vigoroso recorte, complementado por inúmeros ilhéus e penedos localizados na proximidade da costa. As dificuldades de acesso preservaram ao longo dos séculos a importância destes locais como áreas de nidificação de espécies importantes de aves marinhas. Na base das arribas ocorrem aglomerações detríticas denominadas fajãs.



O conjunto da Fajãzinha e Fajã Grande, com a imponente escarpa que o delimita do lado Oriental, marcada por grandes quedas de água, nomeadamente a da Ribeira Grande que se despenha num salto de cerca de 300 metros, constitui um dos trechos mais impressionantes e emblemáticos do contrastante litoral florentino.

A Rocha dos Bordões, com a sua rara estrutura prismática de grandes dimensões, é um emblema paisagístico da ilha e do arquipélago, classificado como Monumento Natural e existem na ilha áreas de importância internacional por servirem de local de nidificação a importantes espécies de aves.

3.2 CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

Nos pontos seguintes é apresentada uma caracterização e diagnóstico síntese atualizados relativamente ao território e Reserva da Biosfera da Ilha das Flores.



RESERVA DA BIOSFERA DA ILHA DAS FLORES

Enquadramento legal:

Reconhecida como reserva da Biosfera em 2009, pelo Programa “O Homem e a Biosfera” (MaB – Man and Biosphere) da UNESCO.

Enquadramento geográfico:

- A ilha das Flores é a mais ocidental do arquipélago dos Açores, estando posicionada, aproximadamente, a 10 milhas da vizinha ilha do Corvo (SSW). Localiza-se entre 39° 21' 29'' (Ponta Delgada) e 39° 22' 16'' (Ponta da Rocha Alta) de latitude norte e entre 31° 7' 28'' (Santa Cruz das Flores) e 31° 16' 08'' (Fajã Grande) de longitude oeste (IGP, 2008). Com uma superfície de 143 km², a ilha das Flores ocupa a sexta posição em termos de dimensão, representando 6,1% do território regional.
- Como Reserva da Biosfera considera-se toda a área emersa da ilha e uma zona marinha envolvente, numa área total de 58 619 hectares.
- Relativamente à organização administrativa de âmbito local, a ilha da Flores possui dois concelhos, o município de Santa Cruz das Flores e o município das Lajes das Flores.

Clima:

- O clima do Arquipélago dos Açores é essencialmente ditado pela localização geográfica das ilhas no contexto da circulação global atmosférica e oceânica e pela influência da massa aquática da qual emergem, sendo que as características oceânicas acentuam-se de Oriente para Ocidente, revelando-se as ilhas das Flores e Corvo as que apresentam características “mais oceânicas”.
- De uma forma muito geral caracteriza-se pela sua amenidade térmica, pelos elevados índices de humidade do ar, por taxas de insolação pouco elevadas, por chuvas regulares e abundantes e por um regime de ventos vigorosos que rondam o arquipélago, acompanhando o evoluir dos padrões de circulação atmosférica à escala da bacia do Atlântico Norte.
- Embora se verifique uma variação das condições climáticas de um extremo ao outro do arquipélago e se observe uma variação espacial significativa dentro de cada ilha, o seu clima no litoral pode ser classificado genericamente de mesotérmico húmido com características oceânicas.
- De acordo com a classificação de Köppen o clima dos Açores está abrangido

Ordenamento do Território:

Os Instrumentos de Gestão Territorial (IGT) em vigor na ilha das Flores são:

- Alteração do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (Alteração do PNPT) (aprovada em Conselho de Ministros Extraordinário de 14/7/2018- instrumento de desenvolvimento territorial de natureza estratégica que estabelece as grandes opções com relevância para a organização do território nacional;
- Plano Regional de Ordenamento do Território dos Açores (PROTA) (Decreto Legislativo Regional n.º 26/2010/A, de 12 de agosto) - traduzir em termos espaciais os grandes objetivos de desenvolvimento económico e social sustentáveis formulados para o arquipélago e, por outro, estabelecer as medidas de articulação, a nível regional, das políticas estabelecidas no Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPT) e nos planos sectoriais preexistentes ou em elaboração, bem como das políticas e medidas de relevância regional contidas nos planos especiais de ordenamento do território (PEOT) e nos PMOT, culminando no objetivo de servir de quadro de referência para a elaboração de planos especiais, intermunicipais e

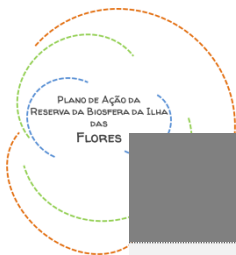
RESERVA DA BIOSFERA DA ILHA DAS FLORES

pela categoria dos climas temperados quentes (grupo C), caracterizados por apresentarem verão e inverno e a temperatura média do mês mais frio ser inferior a 18°C mas superior a -3°C. A distribuição espacial das ilhas conduz, no entanto, a que o seu clima vá transitando de clima chuvoso temperado com verão seco a clima chuvoso temperado, húmido em todas as estações.

- Ao se situar numa zona atlântica de confrontação de massas de ar com características distintas, o arquipélago está grande parte do tempo sujeito a nebulosidade de origem frontal. Por outro lado, pelo facto de se apresentarem como obstáculos à progressão de massas de ar húmido que, por efeito da orografia, é obrigado a contornar o relevo em altitude, as ilhas, sobretudo as mais compactas, estão grande parte do tempo sob a influência de nebulosidade de origem orográfica. Destas circunstâncias resulta que o arquipélago apresente um índice de insolação baixo, da ordem dos 35% em média anual, quando comparado com o total de horas de insolação possíveis. É significativamente superior junto ao litoral quando comparada com a observada em altitude; e maior nos meses de verão, com predominância para os meses de julho e agosto.
- Junto ao litoral a temperatura média anual em todo o arquipélago ronda os 17,5°C. Nas mesmas circunstâncias de localização os valores médios mensais são sempre superiores a 10°C.
- A temperatura varia regularmente ao longo do ano, sendo, em média, máxima em agosto e próxima dos 22,0°C. As temperaturas médias mensais mais baixas ocorrem em fevereiro situando-se próximas dos 14,5°C. Em altitude, a temperatura decresce de forma regular, à razão de 0,9°C por cada 100 metros (gradiente adiabático seco) até ser atingida a temperatura do ponto de orvalho a uma altitude que se situa, em média, próxima dos 400 metros. Por sua vez, a amplitude média anual da variação diurna é baixa, próxima dos 5°C, tendo tendência a ser superior na costa norte das ilhas.
- A humidade relativa do ar dos Açores caracteriza-se por ser elevada ao longo de todo o ano apresentando valores médios mensais próximos dos 80%, sendo raros os dias em que se observam valores abaixo dos 50% (3 a 4 dias por ano junto ao litoral) e são mais de 60 os dias do ano em que a humidade relativa atinge, no litoral, valores superiores a 90%.

municipais de ordenamento do território

- Plano Regional da Água (PRA) (Decreto Legislativo Regional n.º 19/2003/A, de 23 de abril) – instrumento de planeamento de recursos hídricos, de natureza estratégica e operacional, que consagra os fundamentos e as grandes opções da política dos recursos hídricos para a Região (atualmente em fase de alteração);
- Plano Sectorial da Rede Natura 2000 da Região Autónoma dos Açores (PS Rede Natura 2000 da RAA) (Decreto Legislativo Regional n.º 20/2006/A, de 6 de junho, retificado pela Declaração de Retificação n.º 48-A/2006, de 7 de agosto e alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 7/2007/A, de 10 de abril) - estabelece o âmbito e o enquadramento das medidas de conservação, tendo em conta o desenvolvimento económico e social das áreas integradas no processo da Rede Natura 2000;
- Plano Estratégico de Prevenção e Gestão de Resíduos dos Açores (PEPGRA) (Decreto Legislativo Regional n.º 6/2016/A, de 29 de março, alterado pela Declaração de Retificação n.º 6/2016, de 26 de abril) - visa a proteção e a valorização ambiental, social e económica dos Açores, estabelecendo as orientações estratégicas de âmbito regional da política de prevenção e de gestão de resíduos e as regras orientadoras da disciplina dos fluxos específicos de gestão de resíduos, no sentido de garantir a concretização dos princípios para a gestão de resíduos;
- Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores (PROTRAA) (em revisão) - estratégia de desenvolvimento sustentável do sector do turismo e o modelo territorial a adotar;
- Plano Sectorial de Ordenamento do Território para as Atividades Extrativas da Região Autónoma dos Açores (PAE) (Decreto Legislativo Regional n.º 19/2015/A, de 14 de agosto) - tem por objeto o ordenamento e gestão integrada da atividade de extração de recursos minerais não metálicos da Região Autónoma dos Açores; visa desenvolver uma estratégia regional para o setor extrativo, promovendo a maximização do aproveitamento dos recursos minerais não metálicos da Região Autónoma dos Açores e a criação de mecanismos que incentivem a integração e valorização territorial desta atividade económica;



RESERVA DA BIOSFERA DA ILHA DAS FLORES

- Dada a predominante origem tropical das massas de ar que assolam as ilhas por sul, bem como aos fenómenos de condensação e deposição de água nas zonas mais altas, a humidade do ar tende a ser inferior na costa norte quando comparada com a observada nas costas viradas a sul. Quando a circulação atmosférica provém de norte o ar apresenta-se, por norma, significativamente mais seco.
- Os Açores encontram-se localizados numa zona do Atlântico a que corresponde uma precipitação média anual ao nível do mar que varia entre os 700 e os 900 mm. No entanto, o impulso orográfico a que o ar se vê obrigado à proximidade das ilhas conduz a que junto ao litoral a precipitação anual já seja superior a este valor.
- A precipitação observada ao nível do mar cresce de Leste para Oeste variando entre os 775 mm observados na ilha de Sta. Maria até aos 1 700 mm observados na ilha das Flores. Os meses de setembro a março concentram 75% do total da precipitação anual.

O vento é uma constante do clima açoriano, soprando de forma regular ao longo do ano, mais moderado nos meses de verão, e de forma mais intensa nos meses de inverno, predominando os ventos do quadrante Oeste, no entanto, verifica-se um incremento dessa predominância com a altitude e das ilhas do grupo oriental para as do grupo ocidental.

- Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores 2016-2021 (PGRH-Açores 2016-2021) (Decreto Legislativo Regional n.º 1-A/2017/A, de 6 de fevereiro) - visa a proteção e a valorização ambiental, social e económica dos recursos hídricos ao nível das bacias hidrográficas integradas na Região Hidrográfica dos Açores;
- Plano de Ordenamento de Orla Costeira da ilha das Flores (POOC Flores) (Decreto Regulamentar Regional n.º 24/2008/A, de 26 de novembro) - estabelece as regras a que deve obedecer a ocupação, uso e transformação dos solos abrangidos pela sua área de intervenção, nomeadamente a regulamentação dos usos preferenciais, condicionados e interditos;
- Plano de Ordenamento das Bacias Hidrográficas das Lagoas Branca, Negra, Funda, Comprida, Rasa, Lomba e Patas (Decreto Regulamentar Regional n.º 6/2013/A, de 8 de julho) - fixa as regras e regimes de utilização dos planos de água e de ocupação, uso, transformação e fruição dos solos abrangidos pela área de intervenção, nomeadamente a regulamentação de usos e atividades permitidos, condicionados e proibidos;
- Plano Diretor Municipal de Santa Cruz das Flores (PDM de Santa Cruz das Flores) (DRR n.º 32/2006/A, de 16 de novembro) - estabelece a expressão territorial da estratégia de desenvolvimento local, de acordo com as leis respeitantes ao ordenamento do território e urbanismo, sendo o regime de uso do solo determinado através da classificação e qualificação do solo;
- Plano Diretor Municipal das Lajes das Flores (PDM das Lajes das Flores) (DRR n.º 3/2007/A, de 2 de fevereiro) - estabelece a expressão territorial da estratégia de desenvolvimento local, de acordo com as leis respeitantes ao ordenamento do território e urbanismo, sendo o regime de uso do solo determinado através da classificação e qualificação do solo.

Dinâmica Social:

- Na área da Reserva da Biosfera das Flores a população concentra-se na zona de transição, não se verificando a presença de residentes permanentes na zona núcleo.
- Em 2017 a população residente na ilha das Flores totalizava 3.662 habitantes, o que representava 1,5% da população residente na RAA (243 862).
- O concelho de Santa Cruz das Flores registou uma perda populacional muito

Infraestruturas:

- O Aeródromo das Flores, gerido pela SATA, é a única infraestrutura aeroportuária existente na ilha, localizada no concelho de Santa Cruz das Flores, do aglomerado urbano. Possui uma pista com cerca de 1400 metros de comprimento e 30 metros de largura, sendo utilizado apenas no período diurno.
- No que respeita a infraestruturas viárias, a atual configuração da rede viária

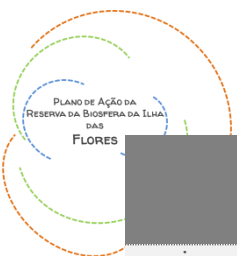
RESERVA DA BIOSFERA DA ILHA DAS FLORES

significativa entre 2001 e 2011 (-8,2%) apresentando as Lajes das Flores um acréscimo de residentes, ainda que ligeiro (+0,1%). Já entre 2011 e 2017, os dois concelhos apresentaram uma descida do nº de habitantes (-4,9% e -1,3% respetivamente)

- Entre 2011 e 2017, verificou-se na ilha das Flores um decréscimo de população residente em todos os grupos etários – mais acentuado dos residentes com idade inferior a 14 anos, na ordem dos 18,6% - com exceção da população com mais de 65 anos que cresceu 1,7%.
- Em termos de estrutura etária, a ilha das Flores caracteriza-se por uma população envelhecida, apresentando um índice de envelhecimento mais elevado do arquipélago (159,6 idosos por cada 100 jovens) superior à média regional (89,5) e ainda acima do valor para o continente (158,6). Ainda assim, o peso relativo da população jovem (com idade inferior a 25 anos) era, em 2017, superior ao da faixa etária dos maiores de 65 anos (22,9% face a 19,3%).
- Em termos de distribuição territorial da população, a ocupação da população reflete a morfologia da própria ilha, concentrada em 13 aglomerados urbanos, localizados nas plataformas mais baixas, destacando-se pela dimensão populacional as duas sedes de concelho.
- Ao nível das famílias, de acordo com os dados do último Censo da população, em 2011 existiam na ilha um total de 1464 famílias, das quais 822 eram compostas por 1 ou 2 pessoas e 9% tinham 5 ou mais pessoas.
- No que diz respeito ao grau de qualificação da população residente, com base no Censo de 2011 do INE, 3,4% dos residentes nas Flores não sabe ler nem escrever, valor inferior à média regional (4,7%) representando cerca de 128 indivíduos num universo de 3793 residentes.
- Apenas 13% dos residentes com qualificações, completaram ou estavam a frequentar, em 2011, o ensino secundário, registo muito inferior ao valor da RAA que ronda os 89,4%, sendo de destacar que a maioria da população frequentava ou completou apenas o 1º ciclo do ensino básico. Por outro lado, o número de residentes que prosseguiu os estudos para o ensino superior representava apenas 9,2% – abaixo da média regional - facto justificado em grande parte pela reduzida saída de estudantes para estudar fora da ilha para

responde na generalidade às necessidades de deslocação da população.

- A ilha das Flores dispõe de 5 infraestruturas portuárias principais, designadamente, o Porto das Lajes (Classe B), o Porto de Santa Cruz /Poças (Classe C), o Porto de Ponta Delgada (classe D), o Porto da Fajã Grande (classe D) e o Porto Velho (classe D). Tem também 4 portos de classe E (portinhos), com uso essencialmente balneares: Portinho do Boqueirão, Portinho do Canto de São Pedro, Portinho da Fajã Grande (novo) e Portinho da Fajã Grande (velho).
- A energia elétrica que abastece a ilha tem origem na Nova Central Termoelétrica das Flores e Parque Eólico da Boca da Vereda localizados no município das Lajes das Flores e ainda na Central Hídrica de Além Fazenda, no município de Santa Cruz das Flores. São registados alguns dias em que a produção é 100% a partir de energias renováveis.
- A rede de transporte de eletricidade é composta por uma linha aérea de 15kV com cerca de 13 km e a rede de distribuição apresenta uma extensão de 74,4km, da qual 12,6 km é subterrânea.
- No que respeita às infraestruturas de telecomunicações, a ilha das Flores dispõe de 1737 acessos ao serviço de telefone fixo (dos quais 1181 correspondem a acessos residenciais e 21 acessos públicos), 1182 acessos ao serviço de internet por banda larga e ainda 2 estações dos correios.
- O serviço público de abastecimento de água nos dois municípios da ilha das Flores apresenta um nível de atendimento máximo (100%).
- Relativamente ao serviço público de saneamento, o PGRH Açores 2016-2021 estima que apenas 7% da população residente na ilha das Flores seja servida por sistemas de drenagem e tratamento primário de águas residuais, existindo 3 fossas sépticas coletivas, 2 no concelho das Lajes das Flores e uma em Santa Cruz das Flores.
- Segundo o Relatório Síntese de Resíduos Urbanos 2017, a Câmara Municipal de Santa Cruz das Flores e das Lajes das Flores são as responsáveis pela gestão dos resíduos urbanos, nos respetivos territórios, realizando a recolha e transporte para o Centro de Processamento de Resíduos da ilha, concessionado a uma empresa que é responsável pela receção, armazenagem, tratamento e caracterização dos resíduos.



RESERVA DA BIOSFERA DA ILHA DAS FLORES

ingressar numa universidade.

- Segundo dados dos Censos 2011, contabilizam-se 2097 edifícios, sendo o município de Santa Cruz das Flores que concentra maior número de edifícios (1106). Quanto à tipologia, a maior parte corresponde a edifícios isolados (90%), sendo a grande maioria exclusivamente residenciais (2013) e apenas 13 principalmente não residenciais.
- Quase 20% dos edifícios são anteriores a 1919, apresentando 40% do parque edificado uma idade igual ou inferior a 30anos (848 edifícios, dos quais 347 foram construídos já no século XXI (16,5%).
- Os 2084 edifícios com fins habitacionais correspondem a cerca de 2155 alojamentos familiares clássicos sendo que 1401 são de residência habitual e 260 alojamentos vagos.

- A partir de 2016 a ilha atingiu a meta "aterro zero", tendo encaminhado, em 2018, a totalidade dos RU para valorização, dos quais 83,6% para valorização material e orgânica, e 16,4% para valorização energética..
- Ao nível da cobertura dos equipamentos coletivos, apresentam uma diversidade adequada às necessidades das populações, existindo uma maior concentração nas sedes de concelho.

Conservação da Natureza:

- De acordo com o instituído no artigo 28.º do Decreto Legislativo Regional n.º 15/2012/A, de 2 de abril, o Parque Natural de Ilha (PNI) constitui, a par do Parque Marinho do Arquipélago dos Açores (PMA), a unidade de gestão de base da Rede de Áreas Protegidas da Região Autónoma dos Açores.
- As áreas do PNI das Flores totalizam cerca de 10 032 hectares, dos quais 6 058 hectares correspondem a área terrestre e 3 974 hectares a área marinha e integram as seguintes categorias e áreas: Reservas Naturais (Morro Alto e Pico da Sé, Ilhéu de Maria Vaz e Caldeiras Funda e Rasa); Monumento Natural (Rocha dos Bordões); Áreas Protegidas para a Gestão de Habitats ou Espécies (Costa Nordeste, Costa Sul e Sudoeste e Ponta da Caveira); Área de Paisagem Protegida (Zona Central e Falésias da Costa Norte); Área Protegida de Gestão de Recursos (Costa Norte). De notar que uma importante parte do PNI Flores se sobrepõe a áreas núcleo e de tampão da RBIF.

	ÁREA PROTEGIDA	ZONA	ÁREA (HA)
Reserva Natural	Caldeiras Funda e Rasa	Terrestre	425,94
	Ilhéu de Maria Vaz	Terrestre	9,79
	Morro Alto e Pico da Sé	Terrestre	1 592,73
Monumento	Rocha dos Bordões	Terrestre	10,28

Dinâmica Económica:

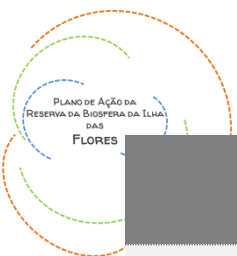
- Relativamente ao emprego, segundo os dados dos Censos 2011, o sector terciário assume-se como mais relevante, demonstrando a importância do sector dos serviços (aproximadamente 66%), em linha com os dados registados para a RAA e à semelhança do que se verifica um pouco por todo o país, salientando aqui o peso muito relevante do emprego público na estrutura do emprego.
- No sector secundário trabalham cerca de 22% dos residentes empregados, ao passo que o sector primário representa apenas 12,4% do emprego na ilha das Flores.
- Em 2011 existiam na ilha das Flores 122 residentes desempregados (70% residentes no município de Santa Cruz das Flores), correspondendo a uma taxa de desemprego de 4,8%. Segundo os dados do Anuário Estatístico Regional, em 2017 existiam 216 residentes nas Flores beneficiários de subsídio de desemprego da Segurança Social.
- Segundo os dados mais recentes (2016) existiam 71 empresas com sede na ilha das Flores, em que 58 correspondem a microempresas, empregando no total 160 pessoas. Cerca de 18,3% das empresas existentes têm menos de 5 anos.
- Os sectores mais relevantes na estrutura do emprego da ilha são: comércio e reparação de veículos automóveis (34,2%), atividades de saúde e apoio social

RESERVA DA BIOSFERA DA ILHA DAS FLORES

Natural			
Área Protegida para a Gestão de Habitats ou Espécies	Ponta da Caveira	Terrestre	74,05
	Costa Nordeste	Terrestre	883,55
	Costa Sul e Sudoeste	Terrestre	496,87
Área da Paisagem Protegida	Zona Central e Falésias da Costa Oeste	Terrestre	2 564,91
Área Protegida de Gestão de Recursos	Costa Norte	Marinha	3 973,74

(17,9%), o alojamento, restauração e similares (15,8).

- Na ilha das Flores existem duas Zonas Especiais de Conservação (ZEC) e duas Zonas de Proteção Especial (ZPE), que totalizam aproximadamente 4590 ha, dos quais 3 545 ha correspondem a área terrestre e 1 045 ha a área marinha: ZEC Zona Central – Morro Alto e ZEC Costa Nordeste; ZPE Costa Nordeste e ZPE Costa Sul e Sudoeste.
- Importa ainda referir, ao nível da conservação, as Áreas de gestão da apanha de espécies marinhas do mar do Açores, em que foram definidas na ilha das Flores 3 áreas reserva do regime da apanha (FLO(A), FLO(B), FLO(C)).
- No que respeita à Convenção RAMSAR, destaca-se nesta ilha o Sítio RAMSAR do Planalto Central das Flores (Morro Alto) (2 572 ha). Estas áreas são zonas húmidas terrestres (sem influência marinha direta) e que foram classificadas ao abrigo da Convenção RAMSAR. No caso específico das Flores constituem-se como ecossistemas singulares e que proporcionam spots importantes de biodiversidade, sendo a água o elemento estruturante destes ecossistemas. Estes espaços têm associados muitos valores e funções, tais como o controlo de inundações (retendo o excesso de água), a reposição de águas subterrâneas, a regulação do ciclo da água, a produção de biomassa, a retenção dos sedimentos e nutrientes, a mitigação das alterações climáticas (através da captura de dióxido de carbono da atmosfera e a libertação de oxigénio, com a fotossíntese). No caso particular desempenham um papel importante, ao nível hidrológico, no funcionamento de sistemas completos de bacias hidrográficas como o planalto central das Flores, que engloba as lagoas mais emblemáticas.



RESERVA DA BIOSFERA DA ILHA DAS FLORES

- A ilha abriga também algumas espécies de aves migradoras, muitas das quais estão listadas no Anexo I da Diretiva Aves, sendo que algumas das áreas protegidas das Flores são também classificadas como áreas Importantes para as Aves (IBA – *Important Bird Areas*). Neste âmbito destacam-se 2 IBAS – Costa das Flores (com correspondência à duas ZEC, à ZPE Costa Nordeste e à Área Protegida para a Gestão de Habitats ou Espécies e de Gestão de Recursos Costa Norte) (delimitada devido às comunidades de *Puffinus lherminieri* (frulho), *Calonectris borealis* (cagarro), *Sterna dougallii* (garajau-rosado), *Sterna hirundo* (garajau-comum) *Hydrobates castro* (painho-da-madeira); Corvo e Flores (IBA marinha que rodeia completamente toda a ilha do Corvo e Flores (com cerca de 27 000 ha), e delimitada em particular devido às populações de *Puffinus lherminieri* (frulho), *Calonectris borealis* (cagarro), *Sterna dougallii* (garajau rosado), entre outros. e recentemente foi confirmada a presença do painho-de-monteiro nos ilhéus da Alagoa e Sentado.
- De referir ainda que decorrem nesta ilha importantes projetos ao nível da conservação da natureza, como é o caso do LIFE IP Azores Natura, LIFE EuroSAP, LuMinAves e Mystic Seas I e II.
- O LIFE Azores NATURA I.P. é o maior projeto de conservação alguma vez concebido para os Açores, tendo-se iniciado em 2019, terá a duração de 9 anos, com intervenções em áreas de Rede Natura 2000. Abrange 23 ZEC's (Zonas Especiais de Conservação), 15 ZPE's (Zonas de Proteção Especial) e 3 SIC's (Sítios de Interesse Comunitário), procurando obter um contributo significativo para a conservação de espécies e habitats protegidos pelas Diretivas Habitats e Aves que fundamentam a sua designação. Deste modo, e tendo como principal objetivo a implementação do Quadro de Ação Prioritária para a Rede Natura 2000 (PAF), o projeto procura que as monitorizações/avaliações futuras evidenciem um melhor estado de conservação para 100% dos habitats e mais de 50% das espécies, do que as descritas em estado desfavorável no último relatório de avaliação para a UE (2013). Para este efeito, o LIFE IP Azores Natura visa diretamente as 4 principais áreas abrangidas pelo PAF - todas elegíveis para financiamento pelo LIFE-IP - e mobiliza fundos complementares, com objetivos sinérgicos, através de candidaturas a uma variedade de outros mecanismos.
- O LIFE EuroSAP, que decorreu entre 2015 e 2018, juntou 10 países europeus,

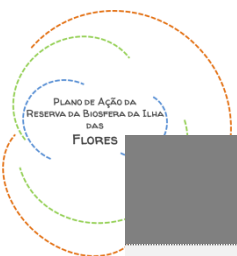
RESERVA DA BIOSFERA DA ILHA DAS FLORES

incluindo Portugal, sendo a SPEA o representante desse projeto no nosso país, e teve como objetivo unir sinergias para enfrentar os novos desafios e ameaças a que algumas das nossas aves icónicas estão sujeitas. As 16 espécies de aves visadas pelo LIFE EuroSAP são algumas das espécies mais carismáticas e ameaçadas da Europa, entre elas a rola-brava e o painho-de-monteiro. As medidas de conservação à data não se consideravam adequadas às reais necessidades e as suas populações continuavam em declínio contínuo. Este projeto permitiu estabelecer as bases de trabalho e identificar as medidas de conservação que serão necessárias implementar durante os próximos anos, de forma a garantir a viabilidade das espécies-alvo.

O projeto LuMinAves - Contaminación lumínica y conservación de aves marinas en islas: reduciendo los efectos de la iluminación artificial sobre las poblaciones de Procellariiformes de los archipiélagos de la región macaronésica – é um projeto do PO MAC 2014-2020 e visa diminuir os impactos da poluição luminosa sobre as aves marinhas da Macaronésia (Procellariiformes), nomeadamente o cagarro e outras aves similares, e conta com a participação de três Arquipélagos Macaronésicos: Açores, Madeira e Canárias. Centra-se na conservação de espécies de aves marinhas ameaçadas às escalas regional, nacional e internacional, que nidificam nas ilhas e ilhéus dos três arquipélagos, tanto em áreas protegidas pela Rede Natura 2000, como em zonas que carecem de proteção adicional, nomeadamente núcleos turísticos, residenciais ou industriais com maior impacto de poluição luminosa.

O projeto Mystic Seas I (2015 – 2017) - Macaronesia Islands Standard Indicators and Criteria: Reaching Common Grounds on Monitoring Marine Biodiversity in Macaronesia – destinou-se a conceber uma metodologia comum para a monitorização da biodiversidade marinha na região da Macaronésia, centrando-se nas populações de espécies marinhas de cetáceos, tartarugas e aves; e estabelecendo um roteiro comum para melhorar a coordenação na implementação da Diretiva-Quadro Estratégia Marinha em Portugal (Açores e Madeira) e Espanha (Canárias,), uma das regiões marinhas mais bio diversas da Europa.

Por sua vez, o Mystic Seas II (2017 – 2019), que terminou no início de 2019, visou a aplicação de uma abordagem sub-regional coordenada e coerente na operacionalização dos programas de monitorização e seguimento desenhados no âmbito do MISTIC SEAS. Teve também como objetivo abordar atividades



RESERVA DA BIOSFERA DA ILHA DAS FLORES

para o reforço regional das atualizações na determinação do Bom Estado Ambiental (BEA) e de preparação dos desafios a alcançar no 2 ciclo de implementação da Diretiva-Quadro Estratégia Marinha. Encontra-se atualmente em curso o projeto Mystic Seas III, até 2021, que visa a implementação da abordagem sub-regional desenvolvida no Mystic Seas II.

- Complementar e paralelamente a estes projetos, têm sido desenvolvidos outras ações e intervenções de recuperação e conservação de habitats, que incidem quer na área terrestre, quer na área marinha.

Património Cultural, Geológico e Paisagem:

- Unidades de Paisagem - De acordo com a atualização do Livro das Paisagens dos Açores - Contributos para a Identificação e Caracterização das Paisagens dos Açores (da responsabilidade da Secretaria Regional do Ambiente e do Mar – Direção Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos), a ilha das Flores apresenta sete unidades de paisagem distintas: FL 1 – Encosta de Ponta Delgada; FL 2 – Matos de Altitude; FL 3 – Encostas de Santa Cruz / Cedros; FL 4 – Fajãs; FL 5 – Planalto com Lagoas; FL 6 – Encostas de Lajedo / Mosteiro; FL 7 – Encosta das Lajes. E cinco elementos singulares: ESFL1 - Ilhéu de Maria Vaz ou Ilhéu da Gadelha; ESFL2 – Ilhéu dos Abrões; ESFL3 - Ilhéu Furado ou Ilhéu Álvaro Rodrigues; ESFL4 – Rocha dos Bordões; ESFL5 – Ilhéu do Cartário. Destas unidades, todas coincidem com as zonas núcleo da RBIF, com exceção da FL4 e FL7, sendo que todas coincidem com a zona tampão.
- No âmbito da Resolução do Conselho de Governo n.º 135/2018, de 10 de dezembro, que aprova os objetivos de qualidade de paisagem e as orientações para a gestão da paisagem dos Açores, são definidas as orientações para a gestão da paisagem de alguns elementos singulares e identitários nas Flores, designadamente:
 - a) Promover a gestão da paisagem através da realocação das áreas de pastagem, afastando-as das zonas húmidas e turfeiras, e do controlo da abertura de novas estradas e caminhos, diminuindo os riscos de erosão e de modificação das dinâmicas hidrológicas características daquelas zonas;
 - b) Minimizar os efeitos dos fenómenos erosivos decorrentes dos elevados valores de precipitação que se registam nas zonas mais altas e declivosas, através do controlo da drenagem das águas pluviais,

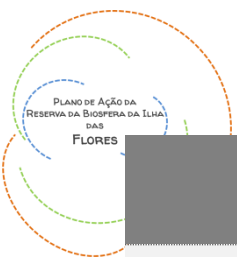
Turismo:

- Hotelaria Tradicional – Existiam em 2018 na ilha 3 estabelecimentos, com um total de 191 camas.
- Turismo em Espaço Rural e Turismo Habitação - Existem 2 estabelecimentos. A taxa de crescimento médio anual do número de estabelecimentos (2014-2016) foi de 0%.
- No que concerne ao número de camas em 2018 eram 56, e uma taxa de crescimento médio anual (2014-2016) de 0%.
- Alojamento Local – Existiam em 2018 74 estabelecimentos, com um total de 355 camas, sendo que a taxa de crescimento médio anual no período 2014-2016 foi de 30,1%.
- No que concerne ao número de hóspedes, a ilha das Flores, no ano de 2017, registou 1 096 e uma taxa de crescimento médio anual (2014-2016) de 70,3%. Quanto ao número de dormidas, no ano de 2017 registaram-se 5 075 e uma taxa de crescimento médio anual (2014-2016) de 87,8%.
- A estada média em 2017 foi de 4,6 dias e a taxa de crescimento médio anual (2014-2016) indica que houve um aumento na ordem dos 15,5%.
- Restauração – existem na ilha 65 estabelecimentos de restauração, representado um total de 3% da RAA. Contudo, este número engloba todos os estabelecimentos com CAE de restauração, que podem corresponder apenas a pequenos bares ou cafés, e mesmos a estabelecimentos de venda de produtos e bens alimentares a retalho que tenham serviços de café ou bar. Nesse contexto a oferta de serviços integrais de restauração na ilha é bastante inferior, estimando-se em cerca de 25 a 30 estabelecimentos.

RESERVA DA BIOSFERA DA ILHA DAS FLORES

- principalmente junto de escarpas e arribas, de modo a evitar a destruição do coberto vegetal e a promover a segurança de pessoas e bens;
- c) Garantir a manutenção da coerência dos diferentes usos com a aptidão do território que, apesar de bastante intervencionado, apresenta ainda boas machas de vegetação natural que acolhem avifauna variada;
 - d) Promover a gestão do território, de modo a disciplinar a implantação de novas edificações e infraestruturas em zonas de maior risco, sobretudo nas arribas costeiras e nas zonas subjacentes a vertentes
- Existem 24 miradouros principais na ilha, que permitem observar diversos dos principais e mais singulares e identitários pontos panorâmicos: Miradouro Craveiro Lopes, Miradouro do Ilhéu Maria Vaz, Miradouro da Pedrinha, Miradouro do Portal, Miradouro do Caldeirão, Miradouro da Lagoa Branca, Miradouro sobre o Porto e Baía de Ponta Delgada, Miradouro dos Frades, Miradouro do Monte das Cruzes, Miradouro da Costa Nordeste, Miradouro do Ilhéu Furado, Miradouro da Caveira, Miradouro Arcos Ribeira da Cruz, Miradouro da Fajã do Conde, Miradouro do Monte, Miradouro da Rocha dos Bordões, Miradouro do Poço, Poço do Bacalhau, Miradouro da Lagoa Negra, Miradouro do Pico da Sé, Miradouro do Morro Alto, Miradouro das Lagoas Funda e Rasa, Miradouro da Lagoa Seca e Miradouro da Alagoa.
 - Dos 82 percursos pedestres homologados existentes na RAA, quatro são nas Flores, complementados com uma grande rota: Fajã de Lopo Vaz (PRC4FLO); Fajã Grande – Ponta Delgada (PR1FLO); Lajedo – Fajã Grande (PR2FLO); Miradouro das Lagoas – Poço do Bacalhau (PR3FLO); Grande Rota das Flores. À semelhança do que acontece em todas as ilhas, existem outros trilhos não homologados de iniciativa municipal que complementam estes e potenciam uma importante e interessante rede de trilhos na ilha.
 - Na RAA existem identificados 121 geossítios dispersos pelas nove ilhas e fundos marinhos envolventes, dos quais 57 estão identificados como geossítios prioritários e destes seis na ilha das Flores. Como resultado da riqueza, diversidade e singularidades deste património geológico, a UNESCO classificou o arquipélago dos Açores como um Geoparque Natural – Geoparque Açores
 - No que concerne às cavidades vulcânicas, importa referir que existem 272 cavidades vulcânicas identificadas, das quais três na ilha das Flores.

- Existe um importante conjunto de atividades e serviços com potencial de diversificação e qualificação distintiva no âmbito do turismo e do respetivo marketing territorial turístico, encontrando-se em curso uma série de iniciativas e ações no âmbito do Plano Estratégico de Marketing do Turismo dos Açores (PEMTA) e um conjunto de ações previstas no âmbito da revisão do POTRAA quer permitam alavancar e salvaguardar a qualificação e identidade do território a nível turístico, em particular associados aos princípios e objetivos do ODS e da Reserva da Biosfera.



RESERVA DA BIOSFERA DA ILHA DAS FLORES

- Relativamente aos imóveis classificados, existem na ilha das Flores, 17 imóveis (nas categorias: Arquitetura Civil e Arquitetura Religiosa).
- No que diz respeito ao Património Arqueológico existem, segundo a Direção Regional da Cultura, mais concretamente a Carta Arqueológica (disponibilizada no site no dia 5 de setembro de 2017), 236 elementos arqueológicos dos quais 13 na ilha das Flores.

No Quadro 3.1 é apresentado um diagnóstico assente numa abordagem SWOT (*Strengths – Pontos Fortes, Weaknesses – Pontos Fracos, Opportunities – Oportunidades e Threats - Ameaças*), com base na caracterização da situação atual e na evolução desde o processo de candidatura deste território.

Quadro 3.1_ Diagnóstico SWOT à RBIF

SWOT	
Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> • Padrão de distribuição da população concentrado em aglomerados urbanos; • Peso relativo da população jovem (até 25 anos) é superior à população com mais de 65 anos; • Boa rede de infraestruturas viárias e de telecomunicações; • Infraestruturas portuárias com capacidade para responder ao desenvolvimento económico da ilha; • Nível de atendimento máximo do serviço público de abastecimento de água e com nível de água segura de cerca de 100%; • Totalidade dos resíduos urbanos tratados no Centro de Processamento de Resíduos que têm como destino final a sua valorização; • Eliminação da deposição de resíduos em aterro; • Taxa de desemprego inferior à média regional • Elementos e valores naturais e paisagístico de reconhecida qualidade e valor singular, com elevado potencial em concretização para desportos de natureza (exemplo canyoning, entre outros); 	<ul style="list-style-type: none"> • Perda significativa de população residente nos últimos seis anos, mas menos relevante no concelho das Lajes da Flores; • Índice de envelhecimento da população mais elevado da RAA • Decréscimo de população de mais de 18% na camada mais jovem (até aos 14anos), com tendência a manter-se; • Baixos níveis de qualificação da população; • Parque edificado envelhecido; • Fraco atendimento do serviço público de saneamento, a par da inexistência de infraestruturas de tratamento de águas residuais; • Estrutura empresarial baseada essencialmente em microempresas; • Reduzida promoção da gastronomia local nos restaurantes locais; • Necessidade de qualificação e valorização dos serviços de alojamento turístico e restauração; • Redução significativa na diversidade de algumas atividades de desportos de natureza mais diversificada, como o mergulho).



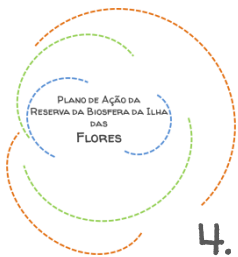
- Elevada procura por parte de visitantes essencialmente para turismo ativo e de natureza, bem como de contemplação;
- Elevados valores históricos e culturais, e forte identidade associada à terra e mar, com significativo potencial para qualificação e valorização (exemplo: naufrágios);
- Bom estado ambiental das áreas classificadas;
- Elevado número de produtos com marca Reserva da Biosfera Açores.

Oportunidades

- Requalificação dos principais centros urbanos, com potencial para promoção do reforço de centralidades;
- Crescente procura por zonas associadas ao ambiente e às paisagens rurais enquanto espaços de lazer e descanso;
- Empresarialização de alguns serviços relacionados com a paisagem e a sua fruição e conservação;
- Valorização socioeconómica do ambiente pelo seu papel na paisagem rural e equilíbrio dos territórios;
- Reforço da articulação territorial com a ilha do Corvo;
- Potencial articulação entre a conservação da biodiversidade e a exploração dos sistemas agrícolas e florestais de forma sustentável e com valor acrescentado;
- Autonomia e eficiência energética de diversos sectores de consumo, em especial do sector doméstico e de serviços;
- Elevado potencial para crescimento do turismo associado à natureza e atividades ao ar livre;
- Potencial de crescimento e reforço da ligação e identidade ao mar e atividades náuticas e marítimas de lazer e desporto, bem como da implementação de práticas sustentáveis de usufruto de recursos marinhos (ex: observação de cetáceos, entre outros).

Ameaças

- Aumento da taxa de desemprego;
- Acentuação do isolamento;
- Tendência para a sazonalidade acentuada da procura turística;
- Risco de degradação dos edifícios, face à idade de uma parte significativa do seu parque edificado.



4. PLANO DE AÇÃO 2019–2025 DA RESERVA DA BIOSFERA DA ILHA DAS FLORES

4.1 VISÃO E MISSÃO E OBJETIVOS

Os objetivos do Plano de Ação da RBIF têm como linhas orientadoras a Visão e a Missão, para o período de 2015-2025, do Programa MaB e o necessário contributo para as três funções / objetivos complementares das RB de:

- **Conservação** - contribuir para a conservação de paisagens, ecossistemas, espécies e variabilidade genética;
- **Desenvolvimento Sustentável** - contribuir para um desenvolvimento económico e humano que seja sociocultural e ecologicamente sustentável;
- **Suporte Logístico** - proporcionar alicerces para investigação, monitorização, educação e troca de informação, relacionados com temas de conservação e desenvolvimento locais, nacionais e globais.

Por sua vez, conforme referido, é fundamental que o Plano de Ação se desenvolva sobre o marco concetual dos 17 Objetivos do

Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 das Nações Unidas, que abordam temáticas tão diversas como enfrentar os desafios da pobreza e da fome, a educação, as desigualdades, a prosperidade, a proteção do planeta, a luta contra as alterações climáticas, as cidades, a energia, o consumo e a produção sustentável e governança (Figura 4.1). Os ODS resultam do trabalho conjunto de governos e cidadãos de todo o mundo para criar um novo modelo global para acabar com a pobreza, promover a prosperidade e o bem-estar de todos, proteger o ambiente e combater as alterações climáticas.



Figura 4.1_ Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 das Nações Unidas (Fonte: <https://www.ods.pt/ods/>)

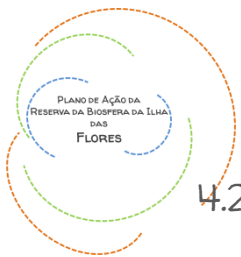
É neste contexto que tendo por base os pressupostos pelos quais foi criada a RBIF e os 10 anos decorridos desde a sua nomeação, bem como os resultados do 1.º Relatório de Revisão Periódica da RB Flores 2019, se assume que o Plano de Ação deve assegurar resposta aos seguintes objetivos específicos do território da RBIF:

- Criação da identidade e reconhecimento na população da importância e benefícios da RBIF;
- Dinamização e valorização dos elementos e património cultural e natural, de forma articulada e reveladora da sua real interação e interdependência;
- Desenvolvimento dos pressupostos e princípios de base de um território assente nos princípios e Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas e a implementação da Agenda 2030;
- Contributo para o desenvolvimento de uma economia e sociedade prósperas em harmonia com a Biosfera, da qual o ser humano é parte fundamental, aberta e orgulhosa dos seus valores e elementos base e reconhecida no exterior;
- A RBIF é uma oportunidade efetiva e real para implementar ações rumo a um desenvolvimento sustentável e o Plano de Ação pretende reforçar e impulsionar este compromisso.

Adicionalmente, o Plano de Ação deve ser assumido como uma ferramenta prática e diária para cumprir os objetivos e necessidades do Programa MaB e o seu processo de elaboração teve como pressupostos:

- Concretizar um Plano de Ação realista e executável até final de 2025;
- Propor ações/tarefas inovadoras de acordo com as funções da RB;
- Estabelecer canais e mecanismos de coordenação entre agentes e principais forças vivas para o desenvolvimento sustentável;
- Propor um sistema / mecanismo de governança e governação adequada para a RB que envolva todos os agentes e partes interessadas;
- Dinamizar as parcerias e o trabalho em rede a nível nacional e internacional;
- Definir as bases para o acompanhamento e seguimento do próprio plano.





4.2 ESTRUTURA DO PLANO DE AÇÃO

O Plano de Ação sistematiza as ações a desenvolver no período 2019-2025 para alcançar os objetivos propostos para a RBIF.

Neste sentido, em conformidade com o Plano de Ação para as Reservas da Biosfera de Portugal, do Comité Nacional MaB, está organizado em 5 Áreas de Ação Estratégica:

- **A** – A Rede Mundial de Reservas da Biosfera como modelo funcional para o desenvolvimento sustentável;
- **B** - Colaboração inclusiva, dinâmica e orientada para os resultados e dinâmicas de rede dentro do Programa MaB e da Rede Mundial de Reservas da Biosfera;
- **C** - Parcerias externas eficazes, financiamento suficiente e sustentável para o Programa MaB e para a Rede Mundial de Reservas da Biosfera;
- **D** - Comunicação, informação e divulgação de dados de forma inteligível, moderna, aberta e transparente;
- **E** - Governança efetiva do programa MaB, da Rede Mundial de Reservas da Biosfera e no interior destas.

Para as quais se definem os respetivos Objetivos e Ações desagregadas, por sua vez, em Tarefas e nos respetivos indicadores e entidades responsáveis e parceiras (Figura 4.2).

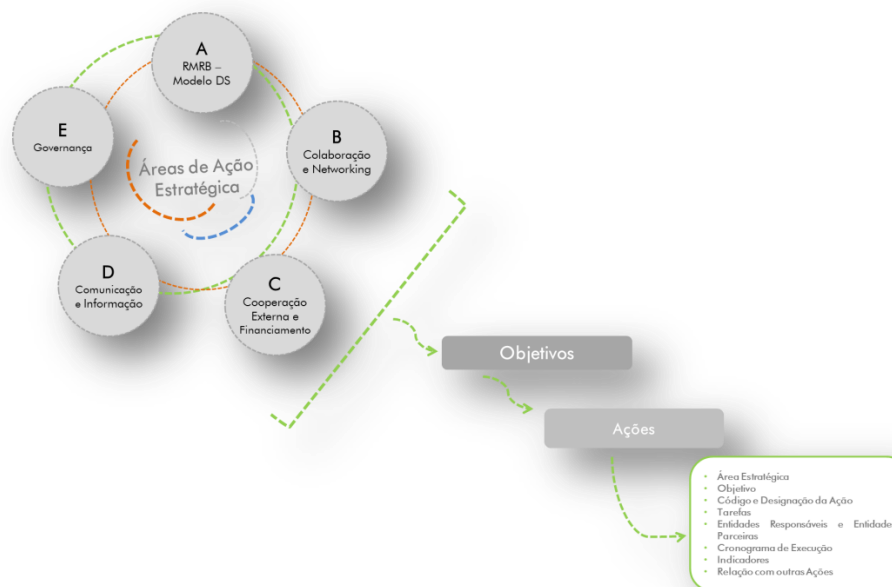
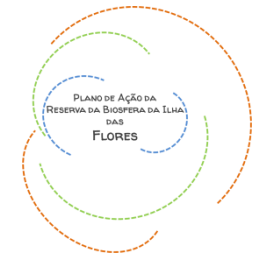


Figura 4.2_ Estrutura do Plano de Ação da RBIF










Tendo em conta que o Plano de Ação para as RB de Portugal já determina o conjunto pré-definido de Objetivos e Ações que as RB devem considerar na formulação dos seus Planos de Ação, os Quadros 4.1 a 4.5 apresentam já essa pré-listagem com seleção das que se consideraram adequadas incluir no Plano de Ação da RBIF (uma vez que existiam ações no Plano de Ação para as RB de Portugal que são da responsabilidade e de uma escala nacional, e não ao nível de cada RB) e










para as quais foram posteriormente definidas tarefas específicas para a sua concretização (detalhadas nas respetivas fichas de Ação). Foram igualmente identificados os ODS com os quais as Ações estão relacionadas e/ou contribuem.



















Quadro 4.1 _ Ações do Plano de Ação para as RB de Portugal a considerar – Área Estratégica A: A Rede Mundial de Reservas da Biosfera como Modelo de Desenvolvimento Sustentável













Objetivo	Ação	Contributo ODS
A1. <i>Reconhecimento das Reservas da Biosfera como modelos que contribuem para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e dos Acordos Multilaterais de Ambiente</i>	A1.1 Promover as RB como locais que contribuem ativamente para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (exemplo Energia acessível e não poluente, Cidades e comunidades sustentáveis, produção e consumo sustentável, Ação pelo clima; Vida marinha, Vida nos ecossistemas terrestres, Saúde e bem-estar	
	A1.2 Promover as RB como locais que contribuem ativamente para a implementação de Acordos Multilaterais de Ambientes, incluindo as metas de Aichi da Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB),	
	A1.3 Fomentar Acordos de cooperação entre RB ao nível local, regional e internacional para o património natural e para o benefício das comunidades locais	
	A1.3a Promover Acordos de cooperação com países terceiros para promover a criação de novas RB ou apoiar na gestão das RB existentes nesses países	
	A1.4 Utilizar as RB como locais prioritários para a investigação, monitorização, mitigação e adaptação às alterações climáticas, incluindo o apoio ao Acordo de Paris (COP21 UNFCCC),	
	A1.5 Promover iniciativas de economia verde/sustentável e social nas RB	
	A1.6 Promover investigação e garantir a conservação a longo prazo dos ecossistemas que integram as RB, incluindo a recuperação e a gestão adequada dos ecossistemas degradados	
A1.8 - Identificar boas práticas e divulgar com vista à sua replicação		
A2. <i>Seleção, planificação e implementação das RB como processos abertos e participativos</i>	A2.1 (A2.2 + A2.3) Assegurar que os processos de designação, gestão, monitorização e revisão periódica das RB são abertos e participativos	
A3. <i>Integração das RB na legislação e nos Programas regionais e/ou nacionais e apoio ao seu funcionamento</i>	A3.1 Reconhecimento das RB na legislação, políticas e programas regionais e nacionais	
	A3.2 Assegurar estruturas de governança e de gestão eficazes em cada RB	
A4. <i>Promover investigação,</i>	A4.1 Estabelecer parcerias com universidades/instituições de investigação para a realização de projetos, em especial com Cátedras e Centros Associados da UNESCO	







Objetivo	Ação	Contributo ODS
<p>aprendizagem prática e formação de apoio à gestão das RB e ao seu desenvolvimento sustentável</p>	<p>A4.2 Estabelecer parcerias com instituições de ensino e formação, em especial com Cátedras, Centros e Escolas Associadas da UNESCO, para desenvolver atividades educativas e de capacitação aos stakeholders das RB, incluindo gestores e proprietários, tendo em conta os ODS</p>	
	<p>A.4.3 Oferecer apoio à investigação em todas as RB e transferir o resultado dos projetos para a prática</p>	
	<p>A.4.4 Identificar e divulgar boas práticas de desenvolvimento sustentável e identificar e eliminar (ou minimizar no caso de não ser possível a sua erradicação) práticas não sustentáveis nas RB</p>	
	<p>A4.5 Incentivar gestores, comunidades locais e outros stakeholders das RB a colaborar na elaboração e implementação de projetos que apoiem na gestão e no desenvolvimento sustentável da sua RB</p>	
<p>A5. Sustentabilidade económica das RB</p>	<p>A5.1 Desenvolver estudo prévio sobre as estruturas económicas de cada RB (nº e tipologia de empresas, produtos tradicionais, ...) e identificar potenciais fontes geradoras de receitas</p>	
	<p>A5.2 (A5.1) Elaborar um plano de negócios para cada RB para garantir o cumprimento do plano de gestão que inclua a geração de receitas e de parcerias efetivas com potenciais financiadores</p>	
	<p>A5.3 (A5.2) Implementar o plano de negócios da RB para gerar receitas</p>	
	<p>A5.4 (A5.3) Aumentar os contributos financeiros nacionais e outros para as RB</p>	
<p>A6. Funcionamento eficaz da RMRB com o cumprimento do Quadro Estatutário por todas as RB</p>	<p>A6.2 Utilizar processos de gestão adaptativa nas RB</p>	













Objetivo	Ação	Contributo ODS
A7. Reconhecimento das RB como geradoras e garante dos serviços dos ecossistemas	A7.1 Identificar os serviços dos ecossistemas e facilitar o seu aprovisionamento a longo-prazo, incluindo aqueles que contribuem para a saúde e bem-estar	  
	A7.2 Implementar mecanismos para o pagamento dos serviços dos ecossistemas	  
	A7.3 Implementar programas para conservar, manter e fomentar as espécies e variedades de valor económico e/ou cultural que suportam o aprovisionamento dos serviços dos ecossistemas	       

Quadro 4.2_ Ações do Plano de Ação para as RB de Portugal a considerar – Área Estratégica B: Colaboração inclusiva, dinâmica e orientada para os resultados e dinâmicas de rede dentro do MaB e da RMRB

Objetivo	Ação	Contributo ODS
B1. Gestores das RB eficazes e atores locais interessados e comprometidos	B1.1 (B1.2) Organização de programas regionais de formação, educação e capacitação (onde se integrem conhecimentos científicos, técnicos, de gestão, saberes tradicionais e resultantes de experiências práticas)	  
B2. Redes regionais e temáticas inclusivas	B2.1 Promover a participação dos gestores das RB e de outros stakeholders nas reuniões das Redes regionais e temáticas	  
B4 Colaboração regional e temática eficaz	B4.1 Incentivar a criação de grupos de trabalho para desenvolver atividades e projetos de investigação	     
	B4.2 Fomentar trabalhos de campo e voluntariado ambiental entre as RB nacionais e outras da RMRB	
	B4.3 Fomentar intercâmbio de agentes sociais, comunidades educativa e gestores de RB entre as Redes	

Objetivo	Ação	Contributo ODS
		 
B6. <i>Cooperação transnacional e transfronteiriça entre as RB</i>	B6.1 Criar e implementar Acordos de geminação entre RB de diferentes países e fomentar o intercâmbio técnico	
B7. <i>Criação de uma Rede interdisciplinar, ativa e aberta, de âmbito científico/detentores de conhecimento com a visão do MaB e uma missão comum</i>	B7.1 Estabelecer uma Rede internacional de cientistas/ detentores de conhecimento que trabalhe nas RB ou com elas e que colabore com outras Redes de cientistas/detentores de conhecimento (nacionais e internacionais) B7.2 Desenvolver uma agenda comum de investigação e troca de conhecimentos para a Rede internacional B7.3 Desenhar e estabelecer mecanismos de transferência de resultados científicos e facilitar a sua incorporação na tomada de decisão	   




Quadro 4.3_ Ações do Plano de Ação para as RB de Portugal a considerar - Área Estratégica C: Parcerias Externas eficazes, financiamento suficiente e sustentável para o Programa MaB e para RMRB

Objetivo	Ação	Contributo ODS
C2. <i>Reconhecimento do Programa MaB como parceiro-chave no âmbito da UNESCO e de outras organizações e convenções internacionais</i>	C2.1 Criar e concretizar oportunidades de colaboração e parcerias no âmbito da UNESCO, outras organizações internacionais (exemplo IUCN, WWF, UNDP) e convenções internacionais (exemplo Convenção sobre a Biodiversidade, Alterações Climáticas, Desertificação, Ramsar)	  
C3. <i>RB e redes regionais geradoras das suas próprias receitas</i>	C3.1 Fomentar a organização de sessões de capacitação no âmbito da geração de receitas por atores locais e gestores das RB C3.2 Promover parcerias para angariar fundos a partir de entidades externas com objetivos compatíveis com o Programa MaB	     
C4. <i>Reconhecimento do Programa MaB como parceiro-chave por parte do setor privado</i>	C4.1 (C4.2) Criar oportunidades de colaboração e parcerias com o setor privado que sejam abertas, responsáveis e sustentáveis (exemplo: empresas nas áreas agrícolas, industriais, turismo, marketing)	
C5. <i>Reconhecimento de que o Programa MaB</i>	C5.1 Criar oportunidades para financiamento de projetos e ações por programas de financiamento regionais, nacionais ou internacionais (exemplos: Fundos regionais;	

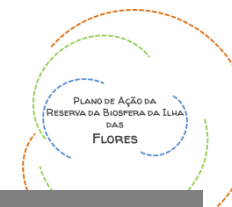






Objetivo	Ação	Contributo ODS
<i>contribui para o cumprimento dos objetivos dos Programas de financiamento nacionais e regionais</i>	Horizon 2020, LIFE, PDR, Fundo EFTA, PT 2020; INTERREG, outros)	
C6. <i>Cativar empreendedorismo e empresas sociais nas atividades das RB</i>	C6.1 Assegurar orientação e formação aos empreendedores, às empresas e associações sociais que queiram participar nas RB	
C7. <i>Reconhecimento nacional e internacional das RB</i>	C7.2 Fomentar a utilização da marca RB em produtos e serviços de acordo com as normas/regulamento nacional	
C8. <i>Potenciar as sinergias entre as RB</i>	C8.1 Encorajar a promoção e o marketing conjuntos dos produtos e serviços das RB, entre elas e fora delas C8.2 Facilitar informação às Agências de Viagem e Postos de Turismo sobre as RB e os produtos e serviços acreditados com a marca RB	

Quadro 4.4_ Ações do Plano de Ação para as RB de Portugal a considerar – Área Estratégica D: Comunicação, informação e divulgação de dados de forma inteligível, moderna, aberta e transporte

Objetivo	Ação	Contributo ODS
D1. <i>Disponibilização total de documentos, dados, informação e outros materiais MaB – Acesso aberto</i>	D1.1. Implementar a política de Acesso aberto adotada pela normativa do CCI de 2014 e os princípios e práticas da Ciência Aberta	  
D2. <i>Promover um maior conhecimento sobre os vários aspetos do Programa MaB (integra a ação A2.4)</i>	D2.1. Criar uma Estratégia de comunicação e um Plano de ação D2.2. Implementar o Plano de ação de comunicação	
D3. <i>Promover maior alcance e participação – Redes sociais</i>	D3.1 Utilizar as redes sociais e outras novas tecnologias de informação e comunicação	

Quadro 4.5_ Ações do Plano de Ação para as RB de Portugal a considerar – Área Estratégica E: Governança Efetiva do Programa MaB, da RMRB e no interior das RB

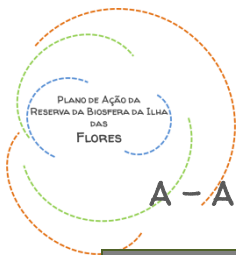


Objetivo	Ação	Contributo ODS
E4. Funcionamento efetivo das Redes regionais e temáticas	E4.1 Contribuir de forma efetiva para as Redes regionais e temáticas em que o Comité MaB ou a RBFSJ participa (em particular através das ações da área estratégica B	   

4.2.1 FICHAS DE AÇÃO

São de seguida apresentadas as Fichas de Ação por Área Estratégica e são identificadas as seguintes entidades nas fichas, como entidades responsáveis ou entidades parceiras: **CGRB** – Conselho de Gestão da Reserva da Biosfera; **DRA** – Direção Regional do Ambiente; **DRAg** – Direção Regional da Agricultura; **DRAIC** – Direção Regional do Apoio ao Investimento e Competitividade; **DRAM** – Direção Regional dos Assuntos

do Mar; **DRC** – Direção Regional da Cultura; **DRCT** – Direção Regional da Ciência e Tecnologia; **DRE** – Direção Regional da Educação; **DREn** – Direção Regional da Energia; **DRP** – Direção Regional das Pescas; **DRTu** – Direção Regional do Turismo; **EDA** – Eletricidade dos Açores, S.A.; **FRCT** – Fundo Regional para a Ciência e Tecnologia; **GAL** – Grupos de Ação Local; **ONGAs** – Organizações Não Governamentais de Ambiente; **PNI** – Parque Natural de Ilha; **SDEA** – Sociedade de Desenvolvimento Empresarial dos Açores; **SREAT** - Secretaria Regional da Energia, Ambiente e Turismo; **VPGRA** – Vice-presidência do Governo Regional dos Açores.



A – A REDE MUNDIAL DE RESERVAS DA BIOSFERA COMO MODELO FUNCIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

FICHA DE AÇÃO

Código e Designação da Ação:

A1.1 Promover as RB como locais que contribuem ativamente para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (exemplo Energia acessível e não poluente, Cidades e comunidades sustentáveis, produção e consumo sustentável, Ação pelo clima; Vida marinha, Vida nos ecossistemas terrestres, Saúde e bem-estar)

Área Estratégica:

A - A Rede Mundial de Reservas da Biosfera como Modelo de Desenvolvimento Sustentável

Objetivo

A1- Reconhecimento das Reservas da Biosfera como modelos que contribuem para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e dos Acordos Multilaterais de Ambiente

Tarefas:

- A1.1.1- Campanhas e ações para redução da poluição luminosa em parceria com projetos atualmente em curso (LuMinAves 2017-2020 e EELabs 2019-2022);
- A1.1.2 - Campanhas de sensibilização para promover a conservação da identidade própria da paisagem, maioritariamente natural e por isso bastante rara (escolas, agentes turísticos; ...);
- A1.1.3- Campanhas de sensibilização para realocização das áreas de pastagem, afastando-as das zonas húmidas e turfeiras, e do controlo da abertura de novas estradas e caminhos, diminuindo os riscos de erosão e de modificação das dinâmicas hidrológicas características daquelas zonas;
- A1.1.4- Campanhas de sensibilização para a opção preferencial pela reabilitação, ao invés de novas construções, em particular no caso dos apoios agrícolas (devem resultar primordialmente de reconstruções/reabilitação do edificado existente no solo rústico);
- A1.1.5- Campanhas para promoção de utilização de veículos elétricos pelas entidades públicas e privadas (reforço para os operadores turísticos)
- A1.1.6- Campanhas para promoção da opção por equipamentos mais eficientes e / ou fontes de energia renováveis, por exemplo, para aquecimento de águas no sector doméstico (PRO-ENERGIA), em particular nas fajãs (Consolidar a implementação dos programas de sensibilização para uma utilização racional da energia elétrica e para a requalificação do edificado para parâmetros de maior eficiência energética);
- A1.1.7- Definição de produtos específicos diferenciadores da ilha das Flores:
 - Artesanato moderno;
 - Produtos alimentares de base (MPB) e manuseados para integrar em projetos de gastronomia local e moderna (por exemplo: erva patinha; novos pratos/ com o atum e diversificar e valorizar os produtos de pesca e outros recursos (ex: algas), valorizando comercialmente espécies menos pescadas e de baixo valor comercial mas de igual valor nutricional, diversificar a produção e o consumo);
- A1.1.8- Desenvolvimento da estratégia de economia circular na ilha das Flores (segundo o caso piloto de outras RB);
- A1.1.9 - Implementar medidas de gestão sustentável por segmento de frota, adotar o esforço de pesca aos recursos disponíveis (por exemplo, também em parceria com o projeto de Monitorização E-LOG da Pesca de pequena escala para a gestão partilhada de operações de pesca responsável – Projeto Piloto para as Ilhas da Biosfera);
- A1.1.10 - Ações para promoção e sensibilização para agricultura, pecuária e aquacultura em modo de produção biológico (MPB) (Fomentar a produção de produtos de Agricultura Biológicos com utilização do sistema rotulagem biológica, segundo as normas do Reg. (CE) n.º 834/2007 do Conselho de 28 de junho), na perspetiva em que estes podem contribuir de uma forma relevante para a sustentabilidade do território, da Natureza e das atividades humanas, e os serviços ambientais por ele obtidos são uma solução para as grandes questões que marcam a atualidade global: as alterações climáticas, a qualidade e disponibilidade da água e dos solos, a biodiversidade agrícola e dos ecossistemas, a saúde e bem-estar das pessoas. O MPB não só protege o principal capital dos Açores — a Natureza — como também o valoriza, através da criação de ecossistemas saudáveis, de bens alimentares essenciais de excelência, de emprego, da promoção do bem-estar animal e dos

FICHA DE AÇÃO

serviços dos ecossistemas, para as atuais gerações e para as futuras. Com esta base sólida, agregadora e durável, o MPB é também gerador de condições favoráveis para o desenvolvimento qualitativo e diferenciador de unidades de restauração, alojamento, eventos, etc. aliadas a um conjunto diversificado de atividades turísticas, tradicionais e inovadoras, nomeadamente ao nível da vivência de experiências de índole cultural, natural, paisagística, desportiva, de saúde, relaxamento e lazer.

A1.1.11 - Promover campanhas de sensibilização sobre o lixo marinho (parceria com o projeto OceanLit 2020-2022).

Entidades Responsáveis:

CGRBIF
PNI

Entidades Parceiras:

EDA / DREn
SREAT/DRA
DRC
DRE
DRAM
DRAg
VPGRA / DRAIC
DRP
GAL
Associações empresariais e industriais
Municípios
ONGAs

Cronograma de Execução

2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
X	X	X	X	X	X	X

Indicadores

- Quantificação do n.º de dias por ano (e %) em que a ilha das Flores foi alimentada por energias renováveis; (potência instalada em microgeração; quantidades microgeração); necessidades diárias de energia elétrica;
- Quantificação do n.º de veículos elétricos na ilha das Flores;
- Quantificação do n.º de veículos a combustíveis fósseis novos e abatidos /ano;
- N.º de projetos no âmbito da salvaguarda do património cultural da ilha das Flores;
- Quantificação do n.º de projetos de investigação com trabalho de campo realizado no Parque Natural de Ilha das Flores.

Relação com outras Ações:

--



FICHA DE AÇÃO

Código e Designação da Ação:

A1.2 Promover as RB como locais que contribuem ativamente para a implementação de Acordos Multilaterais de Ambiente, incluindo as metas de Aichi da Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB)

Área Estratégica:

A - A Rede Mundial de Reservas da Biosfera como Modelo de Desenvolvimento Sustentável

Objetivo

A1 - Reconhecimento das Reservas da Biosfera como modelos que contribuem para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e dos Acordos Multilaterais de Ambiente

Tarefas:

A1.2.1- Realização de censos de aves marinhas, comuns e morcegos, efetuados anualmente na RBIF, em parceria com ONGAS ou o PNIF;

A1.2.2- Ações de remoção de espécies invasoras, em áreas naturais protegidas;

A1.2.3 - Projetos e ações de investigação apoiados e articulados com ações da Reserva da Biosfera (Ex: LIFE Azores Natura; LuMinAves, MISTIC SEAS, EELabs, OceanLit);

A1.2.4 - Parceria com o projeto MOVE - Facilitating MAES to support regional policy in OVerseas Europe: mobilizing stakeholders and pooling resources – Fundo Regional da Ciência e Tecnologia (O projeto piloto MOVE pretende envolver decisores políticos, investigadores e a sociedade civil no desenvolvimento de metodologias para mapear e avaliar o estado dos ecossistemas e os seus serviços nas RUPs e PTUs da Europa).

Entidades Responsáveis:

CGRBIF
PNI

Entidades Parceiras:

ONGAs
Escolas
FRCT
DRAM

Cronograma de Execução

2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
X	X	X	X	X	X	X

Indicadores

- N.º de iniciativas ou atividades específicas que contribuam para os AMA (cooperações com ONGAS; Projetos LIFE; FRCT);
- Área anual de áreas protegidas onde foi promovida a remoção de espécies invasoras (% relativamente à área total de áreas protegidas);
- Área anual onde foi promovida a remoção de espécies invasoras (% relativamente à área total onde ocorrem as principais manchas de invasoras).

Relação com outras Ações:

--

FICHA DE AÇÃO

Código e Designação da Ação:

A1.3 Fomentar Acordos de cooperação entre RB ao nível local, regional e internacional para o património natural e para o benefício das comunidades locais

Área Estratégica:

A - A Rede Mundial de Reservas da Biosfera como Modelo de Desenvolvimento Sustentável

Objetivo

A1- Reconhecimento das Reservas da Biosfera como modelos que contribuem para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e dos Acordos Multilaterais de Ambiente

Tarefas:

- A1.3.1 - Fomentar Acordos de cooperação entre RB ao nível local, regional e internacional para o património natural e para o benefício das comunidades locais;
- A1.3.2 - Desenvolvimento de um roteiro do património natural;
- A1.3.3 - Promover acordos com museus, no sentido de fomentar coordenadamente o património natural e cultural da RBIF.

Entidades Responsáveis:

CGRBIF

Entidades Parceiras:

SREAT/DRA/PNI
DRC
GAL
Municípios
ONGAs

Cronograma de Execução

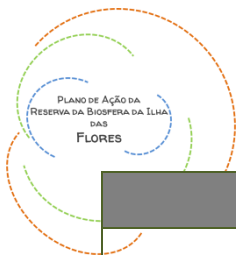
2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
X	X	X	X	X	X	X

Indicadores

- N.º de acordos celebrados.

Relação com outras Ações:

--



FICHA DE AÇÃO

Código e Designação da Ação:

A1. 3a Promover Acordos de cooperação com países terceiros para promover a criação de novas RB ou apoiar na gestão das RB existentes nesses países

Área Estratégica:

A - A Rede Mundial de Reservas da Biosfera como Modelo de Desenvolvimento Sustentável

Objetivo

A1- Reconhecimento das Reservas da Biosfera como modelos que contribuem para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e dos Acordos Multilaterais de Ambiente

Tarefas:

A1.3.1a- - Desenvolvimento de parcerias com outras RB da RMRB (ex: Príncipe) que promovam também o envolvimento e motivação dos atores locais de cada RB com a troca de experiências e casos práticos.

Entidades Responsáveis:

Comité Nacional MaB

Entidades Parceiras:

CGRBIF

Cronograma de Execução

2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
X	X	X	X	X	X	X

Indicadores

- N.º de colaborações e parcerias criadas e concretizadas para promover o Programa MaB, a criação de novas RB ou de apoio à sua gestão

Relação com outras Ações:

--

FICHA DE AÇÃO

Código e Designação da Ação:

A1.4 - Utilizar as RB como locais prioritários para a investigação, monitorização, mitigação e adaptação às alterações climáticas, incluindo o apoio ao Acordo de Paris (COP21 UNFCCC),

Área Estratégica:

A - A Rede Mundial de Reservas da Biosfera como Modelo de Desenvolvimento Sustentável

Objetivo

A1- Reconhecimento das Reservas da Biosfera como modelos que contribuem para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e dos Acordos Multilaterais de Ambiente

Tarefas:

A1.4.1 - Projetos e iniciativas implementadas na RBIF, que contribuam para a implementação da Estratégia Regional para as Alterações Climáticas e Programa Regional para as Alterações Climáticas (PRAC), designadamente as Medidas: ECO15, ECO20, ECO21, ECO23 e ECO24 (Ex: energia, consumo de água, etc.);

A1.4.2 - Campanhas para promoção de utilização de veículos elétricos pelas entidades públicas e privadas (reforço para os operadores turísticos);

A1.4.3 - Campanhas para promoção da opção por equipamentos mais eficientes e / ou fontes de energia renováveis, por exemplo, para aquecimento de águas no sector doméstico (PRO-ENERGIA), (Consolidar a implementação dos programas de sensibilização para uma utilização racional da energia elétrica e para a requalificação do edificado para parâmetros de maior eficiência energética).

Entidades Responsáveis:

CGRBIF

Entidades Parceiras:

DRA / PNI

DREn

DRTu

Cronograma de Execução

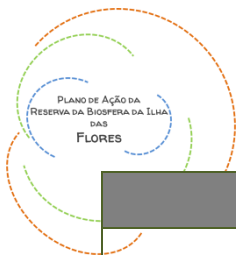
2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
	X	X	X	X	X	X

Indicadores

- N.º de projetos e iniciativas implementadas na RBIF, que contribuam para a implementação da Estratégia Regional para as Alterações Climáticas e PRAC (Ex: energia, consumo de água; etc.)

Relação com outras Ações:

--



FICHA DE AÇÃO

Código e Designação da Ação:

A1. 5 Promover iniciativas de economia verde/sustentável e social nas RB

Área Estratégica:

A - A Rede Mundial de Reservas da Biosfera como Modelo de Desenvolvimento Sustentável

Objetivo

A1- Reconhecimento das Reservas da Biosfera como modelos que contribuem para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e dos Acordos Multilaterais de Ambiente

Tarefas:

A1.5.1 - Potenciar a atividade piscatória com a pesca-turismo;

A1.5.2 - Desenvolver ações de literacia e capacitação do mar e da agricultura e de economia social (articular com o artesanato moderno e produtos alimentares locais e com cooperativas de economia solidária e parceria com o projeto OceanLit);

A1.5.3 - Potenciar a atividade de passeios a pé/Hiking (Recuperar, requalificar e manter os trilhos pedestres já existentes e criação de trilhos "locais" temáticos, com base na antiga rede de trilhos de trabalho e da população local);

A1.5.4 - Desenvolver ações para promoção e incentivo à produção e uso de produtos alimentares locais – existência de prémios, workshops, etc.

A1.5.5 - Dinamização de um mercado quinzenal ou mensal com produtos Marca Biosfera (incluindo serviços);

A1.5.6 - Atividades de promoção de práticas sustentáveis, com ações para identificar e premiar, por exemplo, o produtor / agricultor / pescador com práticas mais sustentáveis;

A1.5.7 - Potencial parceria com o Projeto RURITAGE (<https://www.ruritage.eu/project/>) (articulação com a ação A4.3, A4.5 e A7.3);

A1.5.8 - Desenvolvimento de workshops, em parceria com os Grupos de Ação Local, relacionados com economia verde e social na RB para alunos do 3.º ciclo, ensino secundário e ensino profissional, e para cursos de empreendedorismo;

A1.5.9 - Elaborar o Guia de Boas práticas para o Turismo Sustentável da RBIF;

A1.5.10 - Parceria com o projeto de Monitorização E-LOG da Pesca de pequena escala para a gestão partilhada de operações de pesca responsável – Projeto Piloto para as Ilhas da Biosfera);

A1.5.11 - Fomentar o associativismo possibilitando um aumento de competitividade por via da economia de escala nos processos de negociação com os fornecedores.

Entidades Responsáveis:

CGRBIF

Entidades Parceiras:

EDA / DREn
SREAT/DRA/PNI
DRC
DRE
DRAM
DRAg
DRTu
DRP

FICHA DE AÇÃO							
				GAL Associações empresariais e industriais Municípios ONGAs			
Cronograma de Execução							
2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	
	X	X	X	X	X	X	
Indicadores							
<ul style="list-style-type: none"> - N.º de iniciativas de agricultura biológica e de pecuária assente em práticas sustentáveis; - N.º de ações de formação para a capacitação dos empresários/empresas na área da economia verde/sustentável e social; - N.º de empresas de bens e serviços detentores de marcas ambientais / da Biosfera. 							
Relação com outras Ações:							
A1.1; A1.8; A4.3; A4.5; A7.3							



FICHA DE AÇÃO

Código e Designação da Ação:

A1.6 - Promover investigação e garantir a conservação a longo prazo dos ecossistemas que integram as RB, incluindo a recuperação e a gestão adequada dos ecossistemas degradados

Área Estratégica:

A - A Rede Mundial de Reservas da Biosfera como Modelo de Desenvolvimento Sustentável

Objetivo

A1 - Reconhecimento das Reservas da Biosfera como modelos que contribuem para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e dos Acordos Multilaterais de Ambiente

Tarefas:

- A1.6.1 - Realização de censos de aves marinhas, comuns e morcegos, efetuados na RBIF, em parceria com ONGAS ou o PNIF;
- A1.6.2 - Ações de remoção de espécies invasoras, em áreas naturais protegidas;
- A1.6.3 - Recuperar, requalificar e manter os trilhos pedestres existentes e efetuar a sua correta gestão da conservação contribuindo nomeadamente para a requalificação de ecossistemas degradados;
- A1.6.4 - Potenciar novos recursos geoturísticos, associados a cavidades vulcânicas;
- A1.6.5 - Parceria com o projeto de Monitorização E-LOG da Pesca de pequena escala para a gestão partilhada de operações de pesca responsável – Projeto Piloto para as Ilhas da Biosfera);
- A1.6.6 - Projetos e ações de investigação apoiados e articulados com ações da Reserva da Biosfera (por exemplo: LIFE AZORES NATURA, LuMinAves, EELabs, OceanLit).
- A1.6.7 - Parceria com o projeto MOVE - Facilitating MAES to support regional policy in OVerseas Europe: mobilizing stakeholders and pooling resources – Fundo Regional da Ciência e Tecnologia (O projeto piloto MOVE pretende envolver decisores políticos, investigadores e a sociedade civil no desenvolvimento de metodologias para mapear e avaliar o estado dos ecossistemas e os seus serviços nas RUPs e PTUs da Europa)

Entidades Responsáveis:

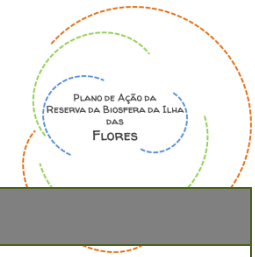
PNI

Entidades Parceiras:

CGRBIF
SREAT/DRA/PNI
DRT_U
DRP
DRAM
GAL
DRCT
ONGAs

Cronograma de Execução

2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
X	X	X	X	X	X	X



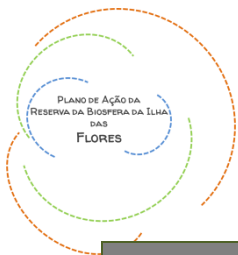
FICHA DE AÇÃO

Indicadores

- N.º de censos de aves marinhas, comuns e morcegos, efetuados anualmente na RBIF;
- Área anual de áreas protegidas onde foi promovida a remoção de espécies invasoras (% relativamente à área total de áreas protegidas);
- Área anual onde foi promovida a remoção de espécies invasoras (% relativamente à área total onde ocorrem as principais manchas de invasoras).
- Extensão de caminhos e trilhos antigos recuperados (km);
- N.º Projetos e ações de investigação apoiados (ex: LIFE AZORES NATURA IP, LuMinAves, EELabs, OceanLit).

Relação com outras Ações:

A1.1; A1.2; A4.3; A4.5; A7.3



FICHA DE AÇÃO

Código e Designação da Ação:

A1.8 - Identificar boas práticas e divulgar com vista à sua replicação

Área Estratégica:

A - A Rede Mundial de Reservas da Biosfera como Modelo de Desenvolvimento Sustentável

Objetivo

A1- Reconhecimento das Reservas da Biosfera como modelos que contribuem para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e dos Acordos Multilaterais de Ambiente

Tarefas:

- A1.8.1 - Identificar e listar boas práticas, designadamente, ambientais e agrícolas, associadas à poupança de água e redução de resíduos, e divulgar com vista à sua replicação. – ex.: Tornar a ilha “Livre de plásticos”; glifosato, fertilizantes; ações de divulgação com vídeos de 1 min, para divulgar nas redes sociais, com mensagem curta e clara (ex: um slogan e imagem);
- A1.8.2 - Newsletter da Rede Regional das Reservas da Biosfera (RRRB) das boas práticas (semestral ou anual) de cada uma das RB para divulgação;
- A1.8.3 - Elaborar o Guia de Boas práticas para o Turismo Sustentável da RBIF;
- A1.8.4 - Desenvolvimento de um Manual de Boas Práticas da RB, com contributos da população, sobre iniciativas e metodologias para a implementação e cumprimento dos objetivos das RB (partilhado com as restantes RB dos Açores).

Entidades Responsáveis:

CGRBIF
PNI

Entidades Parceiras:

SREAT/DRA
DRTu
DRP
GAL
ONGAs

Cronograma de Execução

2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
	X	X	X	X	X	X

Indicadores

- Listagem e número de boas práticas selecionadas e divulgadas;
- Desenvolvimento de Guia de Boas práticas para o turismo sustentável e Manual de Boas Práticas da RB.

Relação com outras Ações:

FICHA DE AÇÃO

A1.5

FICHA DE AÇÃO

Código e Designação da Ação:

A2.1 (A2.2 + A2.3) - Assegurar que os processos de designação, gestão, monitorização e revisão periódica das RB são abertos e participativos

Área Estratégica:

A - A Rede Mundial de Reservas da Biosfera como Modelo de Desenvolvimento Sustentável

Objetivo

A2- Seleção, planificação e implementação das RB como processos abertos e participativos

Tarefas:

A2.1.1 - Reuniões do Conselho de Gestão da Reserva da Biosfera da Ilha das Flores;

A2.1.2 - Presença de representante(s) da RBIF em reuniões de Redes formais de RB (EuroMaB, IberoMaB; REDBIOS, WNICBR, etc.).

A2.1.3 - Desenvolvimento de processos de orçamento e escolha participativa pela população de ações a desenvolver para produtos e atividades de desenvolvimento sustentável da RBIF (ex: sistemas de divulgação, promoção e votação participativa; desenvolvimento de ações com oficinas de trabalho, concursos de ideias para produtos, atividades e promoção da sua RB, exposições relacionadas com a RB; voluntariado ambiental envolvendo diferentes públicos-alvo (escolas; população ativa; população idosa), com prémios que impliquem a participação do vencedor em eventos de divulgação das RB, ou apresentação das suas ideias na RTP Açores, ou visitas a outras RB (regionais, nacionais ou internacionais).

A2.1.4 - Realização de sessões de formação/capacitação na RBIF que envolvam atores locais e/ou regionais.

A2.1.5 - Desenvolvimento de um Manual de Boas Práticas da RB, com contributos da população, sobre iniciativas e metodologias para a implementação e cumprimentos dos objetivos das RB (partilhado com as restantes RB dos Açores).

Entidades Responsáveis:

CGRBIF
PNI

Entidades Parceiras:

Comité Nacional MaB

Cronograma de Execução

2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
	X	X	X	X	X	X

Indicadores

- N.º e tipologia de metodologias participativas utilizadas (exemplos: conselho consultivo, orçamento participativo, grupos de trabalho, oficinas, exposições dialogadas, consultas públicas) por RB
- N.º de reuniões do Conselho de Gestão da Reserva da Biosfera da Ilha das Flores;
- N.º de presenças de representante(s) da RBIF nas reuniões do Comité Nacional MaB;
- N.º de presenças de representante(s) da RBIF em reuniões de Redes formais de RB (EuroMaB, IberoMaB; REDBIOS, WNICBR, etc.);
- N.º e descrição de projetos e ações associadas a gestão participativa da população na RBIF.



FICHA DE AÇÃO

Relação com outras Ações:

--

FICHA DE AÇÃO

Código e Designação da Ação:

A3.1 Reconhecimento das RB na legislação, políticas e programas regionais e nacionais

Área Estratégica:

A - A Rede Mundial de Reservas da Biosfera como Modelo de Desenvolvimento Sustentável

Objetivo

A3- Integração das RB na legislação e nos Programas regionais e/ou nacionais e apoio ao seu funcionamento

Tarefas:

A3.1.1 - Listar e contabilizar o número de referências às RB na diversa legislação, planos e programas setoriais, IGT's;

A3.1.2 - Estudar a existência de lacunas legislativas ou de planos e programas existentes e se necessário analisar as prioridades legislativas necessárias;

Entidades Responsáveis:

CGRBIF

Entidades Parceiras:

DRA/PNI

Cronograma de Execução

2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
X	X	X	X	X	X	X

Indicadores

- N.º de referências às RB nos instrumentos de planeamento estratégico, na programação financeira com apoio comunitário, nos instrumentos de desenvolvimento regional e nacional, de ambiente e de ordenamento e gestão do território

Relação com outras Ações:

--

FICHA DE AÇÃO

Código e Designação da Ação:

A3.2 Assegurar estruturas de governança e de gestão eficazes em cada RB

Área Estratégica:

A - A Rede Mundial de Reservas da Biosfera como Modelo de Desenvolvimento Sustentável

Objetivo

A3- Integração das RB na legislação e nos Programas regionais e/ou nacionais e apoio ao seu funcionamento

Tarefas:

A3.2.1 - Articulação do plano de ação da RB com as ações previstas pelo Programa de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores, nomeadamente ao nível das suas medidas direcionadas para as ilhas Reservas da Biosfera e das ações AP_BT_01 (Desenvolvimento do Plano de Ação Integrado para a Implementação das Rotas e Roteiros da RAA); AP_BT_04 (Criação de um programa de “embaixadores” do turismo nas ilhas de Santa Maria, Graciosa, São Jorge, Flores e Corvo); AP_BT_06 (Elaboração de um plano de gestão e desenvolvimento da rede trilhos), assumindo-o como instrumento partilhado para a sua implementação;

A3.2.2 - Desenvolver abordagens inovadoras, nomeadamente ao nível tecnológico, para uma efetiva gestão das reservas da Biosfera;

A3.2.3 - Desenvolver um projeto articulado com os municípios, museus, casas do Espírito Santo, associações locais, para o envolvimento e divulgação da RB em eventos culturais e de expressão popular e da dinamização de embaixadores da ilha – contar a ilha, as suas pessoas, etc;

A3.2.4 - Desenvolvimento de um modelo de gestão e governação da RB assente em parceria de entidades públicas e privadas / ou associações da RB, de modo a envolver e comprometer cada vez mais a população e stakeholders da RB na sua gestão;

A3.2.5 - Organização de uma equipa operacional para a gestão e implementação do Plano de Ação da RB, dotado de técnico(s) qualificado(s) e com recursos financeiros adequados ao desenvolvimento de iniciativas, projetos, ações, etc.

Entidades Responsáveis:

CGRBIF

Entidades Parceiras:

DRA/PNI
DRTu
DRC
GAL
Municípios
Museus
ONGAs

Cronograma de Execução

2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
	X	X	X	X	X	X



FICHA DE AÇÃO

Indicadores

- Identificar nos Orçamentos Regionais as rubricas e verbas destinadas às RB dos Açores;
- Identificar parcerias e modelos de gestão e governança da RB;
- Evolução do grau de execução e resultados das ações desenvolvidas em parceria com o POTRAA;
- Evolução do grau de execução e resultados das ações desenvolvidas em parceria com os museus da ilha e outros parceiros.

Relação com outras Ações:

--

FICHA DE AÇÃO

Código e Designação da Ação:

A4.1 Estabelecer parcerias com universidades/instituições de investigação para a realização de projetos, em especial com Cátedras e Centros Associados da UNESCO

Área Estratégica:

A - A Rede Mundial de Reservas da Biosfera como Modelo de Desenvolvimento Sustentável

Objetivo

A4-Promover investigação, aprendizagem prática e formação de apoio à gestão das RB e ao seu desenvolvimento sustentável

Tarefas:

- A4.1.1 - Parcerias com instituições académicas e de formação especializada (ex. com CIVISA/IVAR; INOVA; Universidade dos Açores);
- A4.1.2 - Promover o desenvolvimento de publicações resultantes das parcerias estabelecidas entre as RB e as instituições académicas;
- A4.1.3 - Criação de Cátedras UNESCO no âmbito da Rede Regional de RB, que abranjam outras RB nacionais e internacionais dentro da mesma temática (ex. Cátedra UNESCO da UC);
- A4.1.4 - Parcerias com Cátedras UNESCO no âmbito da Rede Regional de RB, que abranjam outras RB nacionais e internacionais dentro da mesma temática (ex. Cátedra UNESCO da UC, Cátedra UNESCO – o Património Cultural dos Oceanos) e promover a parceria entre as Cátedras e a Universidade dos Açores, que promovam o debate sobre o desenvolvimento das RB;
- A4.1.5 - Identificar e contabilizar o número de teses de mestrado e/ou doutoramento desenvolvidas em Reservas da Biosfera em parceria com Instituições Ensino Superior e/ou Cátedras da UNESCO (investigação e formação);
- A4.1.6 - Identificar temas e áreas com lacunas de conhecimento a desenvolver no âmbito das RB;
- A4.1.7 - Desenvolvimento de workshops, em parceria com os Grupos de Ação Local, relacionados com economia verde e social na RB para alunos do 3.º ciclo, ensino secundário e ensino profissional, e para cursos de empreendedorismo;
- A4.1.8 - Potencial parceria com o projeto RURITAGE;
- A4.1.9 - Estimular a criação de produtos exportáveis com base nas espécies naturais da ilha das Flores.

Entidades Responsáveis:

CGRBIF

Entidades Parceiras:

Comité Nacional MaB
Entidades formadoras, de ensino e de I&D+i
GAL
ONGAs

Cronograma de Execução

2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
	X	X	X	X	X	X

Indicadores



FICHA DE AÇÃO

- N.º de parcerias pontuais (até 1 ano) e estáveis (mais de 1 ano) com instituições académicas para a realização de projetos de investigação nas RB e/ou sobre RB
- N.º de RB com parcerias com instituições académicas;
- N.º de publicações resultantes das parcerias estabelecidas entre as RB e as instituições académicas;
- N.º de Cátedras UNESCO criadas;
- N.º de teses de mestrado e/ou doutoramento desenvolvidas em Reservas da Biosfera em parceria com Instituições Ensino Superior e/ou Cátedras da UNESCO (investigação e formação);
- Projetos de produtos exportáveis com base em espécies existentes na ilha das Flores.

Relação com outras Ações:

A4.2

FICHA DE AÇÃO

Código e Designação da Ação:

A4.2 Estabelecer parcerias com instituições de ensino e formação, em especial com Cátedras, Centros e Escolas Associadas da UNESCO, para desenvolver atividades educativas e de capacitação aos stakeholders das RB, incluindo gestores e proprietários, tendo em conta os ODS

Área Estratégica:

A - A Rede Mundial de Reservas da Biosfera como Modelo de Desenvolvimento Sustentável

Objetivo

A4-Promover investigação, aprendizagem prática e formação de apoio à gestão das RB e ao seu desenvolvimento sustentável

Tarefas:

A4.2.1 - Realização de sessões de formação/capacitação na RBIF que envolvam atores locais e/ou regionais;

A4.2.2 - Desenvolvimento de processos de orçamento e escolha participativa pela população de ações a desenvolver para produtos e atividades de desenvolvimento sustentável da RBIF (por exemplo: sistemas de divulgação, promoção e votação participativa como seminários, congressos, workshops abertos a toda a população; desenvolvimento de ações com concursos de ideias para produtos, atividades e promoção da sua RB, envolvendo diferentes públicos-alvo (escolas; população ativa; população idosa), com prémios que impliquem a participação do vencedor em eventos de divulgação das RB, ou apresentação das suas ideias na RTP Açores, ou visitas a outras RB (regionais, nacionais ou internacionais); Desenvolvimento de ações (oficinas de trabalho, exposições, etc.) de envolvimento e/ou através de gamificação nas escolas para diferentes ciclos, para a população em idade ativa e para idosos;

A4.2.3 - Desenvolvimento de workshops, em parceria com os Grupos de Ação Local, relacionados com economia verde e social na RB para alunos do 3.º ciclo, ensino secundário e ensino profissional, e para cursos de empreendedorismo;

A4.2.4 - Potencial parceria com o Projeto RURITAGE (<https://www.ruritage.eu/project/>) (articulação com a ação A4.5 e A7.3);

A4.2.5 - Promover e incentivar a adesão a programas europeus que potenciam o conhecimento recíproco das RB (ex: Erasmus +);

A4.2.6 - Promover parcerias para a realização de programas de formação para as empresas que “operem” em áreas protegidas;

A4.2.7 - Promover na ilha das Flores Cursos de Formação e Creditação para Guias da Reserva da Biosfera;

A4.2.8 - Intensificar a formação dos profissionais do setor das pescas (incluindo apanha de algas e outros recursos marinhos vivos), promover cursos de reciclagem e aprendizagem – parceria com o projeto E-LOG.

Entidades Responsáveis:

CGRBIF

Entidades Parceiras:

Comité Nacional MaB

Entidades formadoras, de ensino e de I&D+i

DRP

Cronograma de Execução

2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
X	X	X	X	X	X	X



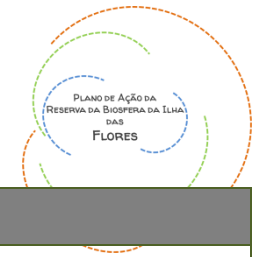
FICHA DE AÇÃO

Indicadores

- Listar e contabilizar o número de parcerias com instituições de ensino e formação;
- Listar e contabilizar o número de sessões de formação/capacitação realizadas por ano na RBIF que envolveram atores locais e/ou regionais;
- Listar o reforço e adequação da oferta formativa entre escolas profissionais e atores / associações locais económicas.

Relação com outras Ações:

A4.1; A4.5; A7.3



FICHA DE AÇÃO

Código e Designação da Ação:

A4.3 Oferecer apoio à investigação em todas as RB e transferir o resultado dos projetos para a prática

Área Estratégica:

A - A Rede Mundial de Reservas da Biosfera como Modelo de Desenvolvimento Sustentável

Objetivo

A4-Promover investigação, aprendizagem prática e formação de apoio à gestão das RB e ao seu desenvolvimento sustentável

Tarefas:

A4.3.1 - Implementação das ações A.1.2., A.1.4, A.1.6. e A.4.1, complementando essas ações com a realização de sessões dirigidas aos gestores, população e atores de desenvolvimento local, onde são explicados os trabalhos de investigação em curso e/ou os seus resultados;

A4.3.2 - Desenvolvimento de um Manual de Boas Práticas da RB, com contributos da população, sobre iniciativas e metodologias para a implementação e cumprimentos dos objetivos das RB (partilhado com as restantes RB dos Açores);

A4.3.3 - Parceria com projeto E-LOG e RURITAGE.

Entidades Responsáveis:

CGRBIF

Entidades Parceiras:

DRA/PNI

DRP

ONGAs

Cronograma de Execução

2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
	X	X	X	X	X	X

Indicadores

- Listar e contabilizar o número projetos com resultados gerados que sejam pertinentes para a gestão da RBIF;

- Listar e contabilizar o número de sessões dirigidas aos gestores, população e atores de desenvolvimento local onde são explicados os trabalhos de investigação em curso e/ou os seus resultados.

Relação com outras Ações:

A.1.2., A.1.4, A.1.6; A.4.1; A4.2

FICHA DE AÇÃO



FICHA DE AÇÃO

Código e Designação da Ação:

A4.4 Identificar e divulgar boas práticas de desenvolvimento sustentável e identificar e eliminar (ou minimizar no caso de não ser possível a sua erradicação) práticas não sustentáveis nas RB

Área Estratégica:

A - A Rede Mundial de Reservas da Biosfera como Modelo de Desenvolvimento Sustentável

Objetivo

A4-Promover investigação, aprendizagem prática e formação de apoio à gestão das RB e ao seu desenvolvimento sustentável

Tarefas:

- A4.4.1 - Identificação de boas práticas de desenvolvimento sustentável na RBIF e de práticas não sustentáveis;
- A4.4.2 - Eliminação ou minimização de práticas não sustentáveis na RBIF (ex: uso de plásticos não reutilizáveis, fertilizantes, glifosato, entre outros);
- A4.4.3 - Desenvolvimento de um Manual de Boas Práticas da RB, com contributos da população, sobre iniciativas e metodologias para a implementação e cumprimentos dos objetivos das RB (partilhado com as restantes RB dos Açores);
- A4.4.4 - Promover parcerias para a realização de programas de formação para as empresas que "operem" em áreas protegidas.

Entidades Responsáveis:

CGRBIF

Entidades Parceiras:

DRA/PNI
DRTu
Municípios
GAL
ONGAS

Cronograma de Execução

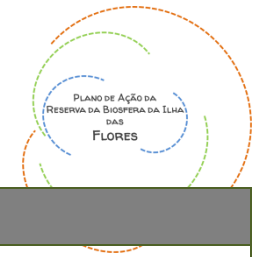
2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
X	X	X	X	X	X	X

Indicadores

- Listar e contabilizar o número de boas práticas identificadas na RBIF;
- Listar e contabilizar o número de práticas não sustentáveis identificadas, eliminadas ou minimizadas na RBIF. (plásticos, fertilizantes, glifosatos).

Relação com outras Ações:

--



FICHA DE AÇÃO

Código e Designação da Ação:

A4.5 Incentivar gestores, comunidades locais e outros stakeholders das RB a colaborar na elaboração e implementação de projetos que apoiem na gestão e no desenvolvimento sustentável da sua RB

Área Estratégica:

A - A Rede Mundial de Reservas da Biosfera como Modelo de Desenvolvimento Sustentável

Objetivo

A4-Promover investigação, aprendizagem prática e formação de apoio à gestão das RB e ao seu desenvolvimento sustentável

Tarefas:

A4.5.1 - Desenvolvimento de projetos para a gestão e para o desenvolvimento do território classificado da RBIF, nomeadamente ao nível de:

– Custódia do território, como instrumento para o desenvolvimento de algumas das ações associadas à formação e capacitação (ex: Atividades 2.1.2; 2.2.1 – Formação e difusão sobre a Custódia de Território e Ecoturismo; cartografia e inventário de espaços idóneos para desenvolver acordos de custódia e para atividades Ecoturísticas, assim como das entidades de custódia com potencial atuação na ilha; etc.);

- Definição de objetivos de qualidade de paisagem a nível municipal/ilha, em conjunto com as forças vivas locais, e definir uma estratégia de gestão conjunta no produto e imagem da RB (ex: contribuir para a valorização da paisagem, através do contributo conjunto com as câmaras municipais para a definição de critérios de qualidade arquitetónica e da requalificação do património cultural construído identitário das paisagens açorianas e preservar os elementos que testemunham diferentes períodos de humanização da paisagem).

A4.5.2 - Criação do programa do “embaixador” da RB (em articulação com o POTRAA);

A4.5.3 - Reforço da promoção do Mergulho, do agroturismo, Geoturismo e do hicking e trekking para os meses de março, abril, setembro e outubro, e da promoção e divulgação da história dos naufrágios e dos ataques e abrigo de piratas.

A4.5.4 - Estimular a criação de produtos exportáveis com base nas espécies existentes na ilha das Flores;

A4.5.5 - Criação da Carta dos Desportos da natureza da Reserva da Biosfera da ilha das Flores;

A4.5.6 - Manutenção, diversificação e ampliação da rede de trilhos das Flores;

A4.5.7 - Potencial parceria com o Projeto RURITAGE (<https://www.ruritage.eu/project/>) (articulação com a ação 7.3).

Entidades Responsáveis:

CGRBIF

Entidades Parceiras:

DRA/PNI
Municípios
DRTu
DRC
ONGAs

Cronograma de Execução

2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
X	X	X	X	X	X	X



PLANO DE AÇÃO DA
RESERVA DA BIOSFERA DA ILHA
DAS
FLORES

FICHA DE AÇÃO

Indicadores

- Listar e contabilizar o número de projetos importantes para a gestão e para o desenvolvimento do território classificado da RBIF – Implementar o projeto de custódia do território;
- Listar e contabilizar o número sessões de esclarecimento e fóruns colaborativos sobre a RBIF;
- Monitorização bienal dos Planos de Ação das RB, em processo de gestão participativa.

Relação com outras Ações:

A1.1; A7.3



FICHA DE AÇÃO

Código e Designação da Ação:

A5.1 Desenvolver estudo prévio sobre as estruturas económicas de cada RB (nº e tipologia de empresas, produtos tradicionais, ...) e identificar potenciais fontes geradoras de receitas

Área Estratégica:

A - A Rede Mundial de Reservas da Biosfera como Modelo de Desenvolvimento Sustentável

Objetivo

A5- Sustentabilidade económica das RB

Tarefas:

- A5.1.1 - Desenvolvimento de um estudo sobre estruturas económicas e potenciais fontes de receitas (viabilidade económica);
- A5.1.2 - Definição do quadro financeiro com fontes de financiamento público-privadas para o desenvolvimento do Plano de Ação da RBIF.

Entidades Responsáveis:

CGRBIF

Entidades Parceiras:

DRA/PNI
Municípios
DRTu
DRAIC

Cronograma de Execução

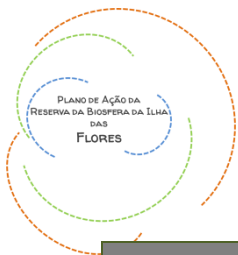
2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
X	X	X	X	X	X	X

Indicadores

- Listar e contabilizar o número de estudo sobre estruturas económicas e potenciais fontes de receitas (viabilidade económica);
- Elaborar quadro financeiro com fontes de financiamento público-privadas para o desenvolvimento do Plano de Ação da RBIF.

Relação com outras Ações:

A5.2



FICHA DE AÇÃO

Código e Designação da Ação:

A5.2 Elaborar um plano de negócios para cada RB para garantir o cumprimento do plano de gestão que inclua a geração de receitas e de parcerias efetivas com potenciais financiadores

Área Estratégica:

A - A Rede Mundial de Reservas da Biosfera como Modelo de Desenvolvimento Sustentável

Objetivo

A5- Sustentabilidade económica das RB

Tarefas:

- A5.2.1 - Identificação de modelos /projetos de planos de negócios aplicáveis à RBIF;
- A5.2.2 - Desenvolvimento de uma estratégia para criação de cadeias produtivas de bens e serviços com base nas reservas da Biosfera;
- A5.2.3 - Realização de estudos de custo-benefício e de sistemas de partilha de benefícios e responsabilidades, e implementar as prioridades por eles definidas;
- A5.2.4 - Definição de um modelo de financiamento próprio para a RB, assente na valorização do usufruto da RB pelos visitantes (por exemplo: taxa turística);
- A5.2.5 - Gestão transversal entre as RB dos Açores do financiamento proveniente do Comité MAB (eeaGrants) para ações transversais dos seus planos de ação;
- A5.2.6 - Promover parcerias para angariar fundos a partir de entidades externas com objetivos compatíveis com o Programa MaB.

Entidades Responsáveis:

CGRBIF

Entidades Parceiras:

DRA/PNI

Cronograma de Execução

2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
X	X	X	X	X	X	X

Indicadores

- Modelos /projetos de planos de negócios aplicáveis à RBIF implementados;
- Identificação e número de cadeias produtivas de bens e serviços com base nas reservas da Biosfera.

Relação com outras Ações:

A3.2; A5.1



FICHA DE AÇÃO

Código e Designação da Ação:

A5.3 Implementar o plano de negócios da RB para gerar receitas

Área Estratégica:

A - A Rede Mundial de Reservas da Biosfera como Modelo de Desenvolvimento Sustentável

Objetivo

A5- Sustentabilidade económica das RB

Tarefas:

A5.3.1 - Implementação do plano de negócios selecionado na Ação A5.2.

Entidades Responsáveis:

CGRBIF

Entidades Parceiras:

DRA/PNI

Cronograma de Execução

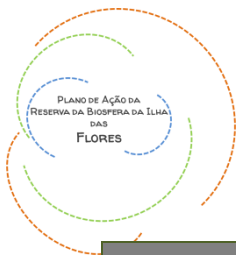
2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
X	X	X	X	X	X	X

Indicadores

- Quantificar a percentagem de orçamento gerado na RBIF.

Relação com outras Ações:

A5.2



FICHA DE AÇÃO

Código e Designação da Ação:

A5.4 Aumentar os contributos financeiros nacionais e outros para as RB

Área Estratégica:

A - A Rede Mundial de Reservas da Biosfera como Modelo de Desenvolvimento Sustentável

Objetivo

A5- Sustentabilidade económica das RB

Tarefas:

A5.4.1 - Candidatura a fundos ou programas de financiamento nacionais e internacionais para o desenvolvimento de ações e projetos, que permitam apoiar também o financiamento de recursos humanos e da operacionalização);

A5.4.2 - Gestão transversal entre as RB dos Açores do financiamento proveniente do Comité MAB (eeaGrants) para ações transversais dos seus planos de ação.

Entidades Responsáveis:

CGRBIF

Entidades Parceiras:

DRA/PNI

Cronograma de Execução

2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
X	X	X	X	X	X	X

Indicadores

- Quantificar a percentagem de verbas afetas à RBIF oriundas de fundos públicos.

Relação com outras Ações:

A5.1; A5.3



FICHA DE AÇÃO

Código e Designação da Ação:

A6.2 Utilizar processos de gestão adaptativa nas RB

Área Estratégica:

A - A Rede Mundial de Reservas da Biosfera como Modelo de Desenvolvimento Sustentável

Objetivo

A6- Funcionamento eficaz da RMRB com o cumprimento do Quadro Estatutário por todas as RB

Tarefas:

A6.2.1- Realização de reuniões, encontros e iniciativas associadas a processos participativos para a gestão e tomada de decisão na RBIF, que demonstrem existir um processo participativo de governança, como por exemplo as resultantes das ações A.2.1 e A.4.2;

A6.2.2- Desenvolvimento das ações associadas ao livre acesso à informação da RBIF e à divulgação das suas ações e resultados, nomeadamente ao nível do Plano de Ação, e em particular ao nível das ações da Área Estratégica 4.

Entidades Responsáveis:

CGRBIF

Entidades Parceiras:

Cronograma de Execução

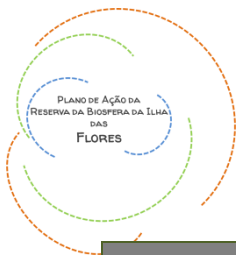
2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
X	X	X	X	X	X	X

Indicadores

- N.º de reuniões, encontros e tomada de decisões que demonstrem existir um processo participativo de governança;
- N.º de oportunidades criadas que demonstrem que o processo de governança é transparente e equitativo nas RB e que demonstrem que o acesso à informação é aberto.

Relação com outras Ações:

A2.1; A4.2



FICHA DE AÇÃO

Código e Designação da Ação:

A7.1 Identificar os serviços dos ecossistemas e facilitar o seu aprovisionamento a longo-prazo, incluindo aqueles que contribuem para a saúde e bem-estar

Área Estratégica:

A - A Rede Mundial de Reservas da Biosfera como Modelo de Desenvolvimento Sustentável

Objetivo

A7- Reconhecimento das RB como geradoras e garante dos serviços dos ecossistemas

Tarefas:

- A7.1.1- Identificação e mapeamento dos serviços dos ecossistemas da RBIF;
- A7.1.2- Identificar e definir novos biótipos a proteger;
- A7.1.3- Parcerias para recuperação de ecossistemas;
- A7.1.4- Manter espécies e dos habitats cujo estado de conservação é atualmente favorável;
- A7.1.5 - Melhorar do estado de conservação das espécies e habitats cujo estado de conservação é desfavorável;
- A7.1.6- Identificar áreas degradadas e definir prioridades de intervenção;
- A7.1.7- Realizar projetos-chave no âmbito de ações concretas de restauração ecológica de áreas degradadas;
- A7.1.8- Realizar estudos para avaliação dos limiares da viabilidade ecológica de espécies presentes (aplicando e incluindo dados das monitorizações de aves marinhas desde 2009, as metodologias definidas pelo projeto MISTIC SEAS II e os resultados obtidos ao longo do MISTIC SEAS III);
- A7.1.9- Avaliar cenários de evolução climática e de impacte na presença e distribuição de espécies e habitats (parceria com tarefa A1.4.1 e tarefa A7.1.8);
- A7.1.10 - Definir para cada bioma os limites de uso sustentável e as necessidades de proteção total (ex: a componente marinha protegida em volta da ilha);
- A7.1.11 - Parceria com projeto MOVE (FRCT).

Entidades Responsáveis:

CGRBIF

Entidades Parceiras:

Comité Nacional MaB
Entidades de I&D+i
DRCT
ONGAS
DRA/PNI
DRAM

Cronograma de Execução

2019

2020

2021

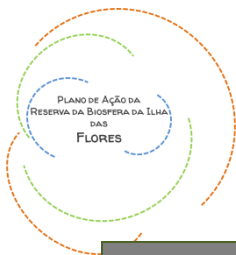
2022

2023

2024

2025

FICHA DE AÇÃO						
X	X	X	X	X	X	X
Indicadores - N.º de RB com estudos sobre os serviços de ecossistema; - Habitats e espécies com estatuto de conservação desfavorável abrangidos por medidas de conservação; - N.º de ações de gestão, conservação ou recuperação de ecossistemas desenvolvidas nas RB.						
Relação com outras Ações: A1.4.1; A7.1.8						



FICHA DE AÇÃO

Código e Designação da Ação:

A7.2 Implementar mecanismos para o pagamento dos serviços dos ecossistemas

Área Estratégica:

A - A Rede Mundial de Reservas da Biosfera como Modelo de Desenvolvimento Sustentável

Objetivo

A7- Reconhecimento das RB como geradoras e garante dos serviços dos ecossistemas

Tarefas:

A7.2.1- Ponderar a implementação de mecanismos, como Taxas turísticas ou ecológicas (que revertam para o sistema de funcionamento e gestão da RB);

A7.2.2 - Ponderar a implementação de um sistema de pagamento do lixo indiferenciado produzido (*Pay it as you throw*) e de coimas individuais e coletivas em caso de separação incorreta.

Entidades Responsáveis:

CGRBIF

Entidades Parceiras:

Municípios
DRA/PNI

Cronograma de Execução

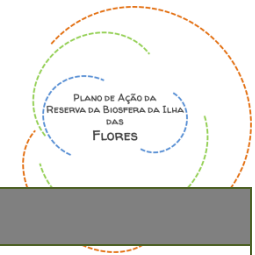
2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
X	X	X	X	X	X	X

Indicadores

- Desenvolvimento de estudos de quantificação/valoração económica dos serviços dos ecossistemas;
- Implementação de mecanismos para a valoração / pagamento dos serviços de ecossistemas.

Relação com outras Ações:

--



FICHA DE AÇÃO

Código e Designação da Ação:

A7.3 Implementar programas para conservar, manter e fomentar as espécies e variedades de valor económico e/ou cultural que suportam o aprovisionamento dos serviços dos ecossistemas

Área Estratégica:

A - A Rede Mundial de Reservas da Biosfera como Modelo de Desenvolvimento Sustentável

Objetivo

A7- Reconhecimento das RB como geradoras e garante dos serviços dos ecossistemas

Tarefas:

- A7.3.1- Identificar e listar iniciativas/programas de gestão e conservação de espécies e subespécies e/ou variedades de valor económico e/ou cultural (ex: n.º licenças para o estudo/manuseamento de animais selvagens; n.º projetos de investigação implementados pelo DOP e SPEA; projetos de investigação associados à recuperação de áreas e espécimes de flora endémica e nativa; Recolha de sementes para o Banco de Sementes do Jardim Botânico do Faial);
- A7.3.2 - Introduzir projetos e metodologias de engenharia natural para intervenções associadas à mitigação de riscos, intervenções em arribas, taludes, ribeiras; estruturas de proteção e de usufruto; minimizar os espaços impermeabilizados, etc.
- A7.3.3 - Reforçar o sistema produtivo primário para otimizar a sua utilização de recursos e a produtividade, provendo pequenas iniciativas agrícolas e piscatórias que forneçam o mercado local e externo, num produto valorizado pela marca Biosfera;
- A7.3.4- Monitorizar os impactos na flora e na fauna e controlo do fluxo de visitantes nas áreas mais sensíveis;
- A7.3.5- Garantir a manutenção de ações de combate à flora invasora;
- A7.3.6- Estimular a criação de produtos exportáveis com base nas espécies naturais das Flores;
- A7.3.7 - Projeto para desenvolvimento de um sistema alimentar sustentável, inclusivo, resiliente às especificidades e exigências da ilha das Flores e da sua perifericidade, que seja seguro e diversificado, de modo a assegurar uma alimentação saudável e acessível a toda a população e a promover as iniciativas de gastronomia local nos serviços prestados a visitantes e ao ecoturismo;
- A7.3.8- Organizar periodicamente recreações de atividades tradicionais;
- A7.3.9 - Estabelecimento de parcerias com o projeto RURITAGE (<https://www.ruritage.eu/project/>).

Entidades Responsáveis:

CGRBIF

Entidades Parceiras:

DRA/PNI
Entidades de I&D+i
DRCT
ONGAS
Associações empresariais e de atividades económicas
DRAg
Municípios

Cronograma de Execução

2019

2020

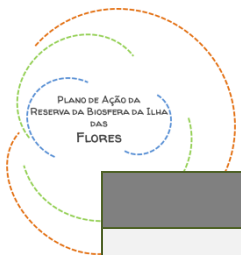
2021

2022

2023

2024

2025



FICHA DE AÇÃO						
X	X	X	X	X	X	X
Indicadores - N.º de iniciativas/programas de gestão e conservação de espécies e variedades de valor económico e/ou cultural						
Relação com outras Ações: A1.5; A7.2						



B – COLABORAÇÃO INCLUSIVA, DINÂMICA E ORIENTADA PARA OS RESULTADOS E DINÂMICAS DE REDE DENTRO DO PROGRAMA MAB E DA REDE MUNDIAL DE RESERVAS DA BIOSFERA

FICHA DE AÇÃO

Código e Designação da Ação:

B1.1 (B1.2) Organização de programas regionais de formação, educação e capacitação (onde se integrem conhecimentos científicos, técnicos, de gestão, saberes tradicionais e resultantes de experiências práticas)

Área Estratégica:

B - Colaboração inclusiva, dinâmica e orientada para os resultados e dinâmicas de rede dentro do MaB e da RMRB

Objetivo

B1- Gestores das RB eficazes e atores locais interessados e comprometidos

Tarefas:

- B1.1.1 - Programas regionais de formação, educação e capacitação organizados pela Rede Regional direcionados a diferentes público alvo, com intercâmbio, por exemplo, entre escolas das 4 RB, e dentro da própria RB;
- B1.1.2 - Desenvolvimento das ações / tarefas A.1.2, A.1.4, A.1.5, A.1.6, A.4.3, A.7.1 e integração dos respetivos resultados;
- B1.1.3 - Desenvolvimento de um modelo de gestão e governação da RB assente em parceria de entidades públicas e privadas / ou associações da RB, de modo a envolver e comprometer cada vez mais a população e stakeholders da RB na sua gestão;
- B1.1.4 - Organização de uma equipa operacional para a gestão e implementação do Plano de Ação da RB, ou da rede regional das RB;
- B1.1.5 - Promover parcerias para a realização de programas de formação para as empresas que "operem" em áreas protegidas;
- B1.1.6 - Promover na ilha das Flores Cursos de Formação e Creditação para Guias da Reserva da Biosfera;
- B1.1.7 - Realização de inquéritos de conhecimento e satisfação sobre a Reserva da Biosfera.

Entidades Responsáveis:

CGRBIF

Entidades Parceiras:

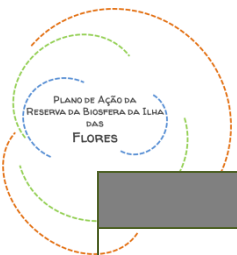
DRA/PNI
Entidades formadoras, de ensino e de I&D+i

Cronograma de Execução

2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
X	X	X	X	X	X	X

Indicadores

- N.º de programas regionais de formação, educação e capacitação organizados pela RBIF;
- N.º de presenças de representantes e atores locais da RBIF que participaram em formações.



PLANO DE AÇÃO DA
RESERVA DA BIOSFERA DA ILHA
DAS
FLORES

FICHA DE AÇÃO

Relação com outras Ações:

A.1.2, A.1.4, A.1.5, A.1.6, A.4.3, A.7.1

FICHA DE AÇÃO

Código e Designação da Ação:

B2.1 Promover a participação dos gestores das RB e de outros stakeholders nas reuniões das Redes regionais e temáticas

Área Estratégica:

B - Colaboração inclusiva, dinâmica e orientada para os resultados e dinâmicas de rede dentro do MaB e da RMRB

Objetivo

B2- Redes regionais e temáticas inclusivas

Tarefas:

B2.1.1 - Realização de reuniões da Rede Regional e de grupos temáticos regionais em que representante(s) da RBIF participa(m);
B2.1.2 - Realização de inquéritos de conhecimento e satisfação sobre a Reserva da Biosfera.

Entidades Responsáveis:

CGRBIF

Entidades Parceiras:

DRA/PNI

Cronograma de Execução

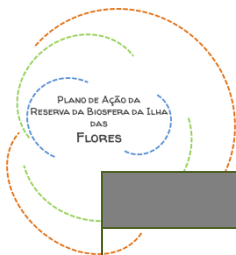
2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
X	X	X	X	X	X	X

Indicadores

- N.º de reuniões de Redes e grupos temáticos e regionais em que representante(s) da RBIF participa(m).
- N.º de participantes e RB representadas

Relação com outras Ações:

--



FICHA DE AÇÃO

Código e Designação da Ação:

B4.1 Incentivar a criação de grupos de trabalho para desenvolver atividades e projetos de investigação

Área Estratégica:

B - Colaboração inclusiva, dinâmica e orientada para os resultados e dinâmicas de rede dentro do MaB e da RMRB

Objetivo

B4- Colaboração regional e temática eficaz

Tarefas:

B4.1.1 - Incentivar a criação de grupos de trabalho para desenvolver atividades e projetos de investigação de participantes e de RB envolvidas, como resultado das ações A.1.3, A.1.6. A.4.1, A.4.2, A.4.3., A.4.5 e A.6.2.

Entidades Responsáveis:

CGRBIF

Entidades Parceiras:

-

Cronograma de Execução

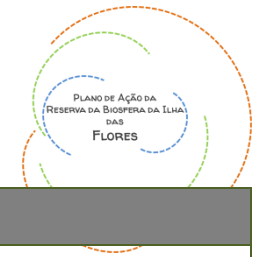
2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
X	X	X	X	X	X	X

Indicadores

- N.º de programas/iniciativas de outras RB em que a RBIF participa.

Relação com outras Ações:

A.1.3, A.1.6. A.4.1, A.4.2, A.4.3., A.4.5 e A.6.2.



FICHA DE AÇÃO

Código e Designação da Ação:

B4.2 Fomentar trabalhos de campo e voluntariado ambiental entre as RB nacionais e outras da RMRB

Área Estratégica:

B - Colaboração inclusiva, dinâmica e orientada para os resultados e dinâmicas de rede dentro do MaB e da RMRB

Objetivo

B4- Colaboração regional e temática eficaz

Tarefas:

B4.2.1 - Fomentar trabalhos de campo e voluntariado ambiental entre as RB nacionais e outras da RMRB, como resultado das ações A.1.3, A.1.6, A.4.1, A.4.2, A.4.3., A.4.5 e A.6.2;

B4.2.2 - Desenvolvimento de parcerias com outras RB da RMRB (ex: Príncipe, Menorca) que promovam também o envolvimento e motivação dos atores locais de cada RB com a troca de experiências e casos práticos.

Entidades Responsáveis:

CGRBIF

Entidades Parceiras:

Comité Nacional MaB

Cronograma de Execução

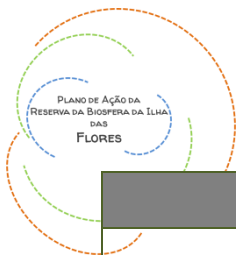
2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
X	X	X	X	X	X	X

Indicadores

- N.º de iniciativas de trabalho de campo e/ou voluntariado ambiental desenvolvidas pela RBIF em outras RB ou de outras RB na RBIF.
- N.º de participantes e de RB envolvidas.

Relação com outras Ações:

A.1.3, A.1.6, A.4.1, A.4.2, A.4.3., A.4.5 e A.6.2.



FICHA DE AÇÃO

Código e Designação da Ação:

B4.3 Fomentar intercâmbio de agentes sociais, comunidades educativas e gestores de RB entre as Redes

Área Estratégica:

B - Colaboração inclusiva, dinâmica e orientada para os resultados e dinâmicas de rede dentro do MaB e da RMRB

Objetivo

B4- Colaboração regional e temática eficaz

Tarefas:

B4.3.1 - Fomentar intercâmbio de agentes sociais, comunidades educativa e gestores de RB entre as Redes, como resultado da articulação com as ações A.2.1, A.4.1. e através de:

B4.3.2 - Desenvolvimento de feiras e mostras de produtos entre as RB regionais;

B4.3.3 - Promover a penetração, em mercados externos, de produtos com Denominação de Origem Protegida e/ou com certificação ecológica;

B4.3.4 - Desenvolvimento de parcerias com outras RB da RMRB (por exemplo: Príncipe, Menorca) que promovam também o envolvimento e motivação dos atores locais de cada RB com a troca de experiências e casos práticos e com RB da Rede de Reservas da Biosfera de Ilhas e Zonas Costeiras.

Entidades Responsáveis:

CGRBIF

Entidades Parceiras:

Comité Nacional MaB

Cronograma de Execução

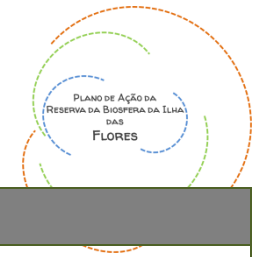
2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
X	X	X	X	X	X	X

Indicadores

- N.º de participantes e iniciativas da RBIF permutadas com outras RB.

Relação com outras Ações:

A.2.1, A.4.1



FICHA DE AÇÃO

Código e Designação da Ação:

B6.1 Criar e implementar Acordos de geminação entre RB de diferentes países e fomentar o intercâmbio técnico

Área Estratégica:

B - Colaboração inclusiva, dinâmica e orientada para os resultados e dinâmicas de rede dentro do MaB e da RMRB

Objetivo

B6- *Cooperação transnacional e transfronteiriça entre as RB*

Tarefas:

B6.1.1 - Desenvolvimento de parcerias com outras RB da Rede Nacional e da RMRB (por exemplo: Príncipe, Menorca) que promovam também o envolvimento e motivação dos atores locais de cada RB com a troca de experiências e casos práticos e com RB da Rede de Reservas da Biosfera de Ilhas e Zonas Costeiras.

Entidades Responsáveis:

CGRBIF

Entidades Parceiras:

Comité Nacional MaB

Cronograma de Execução

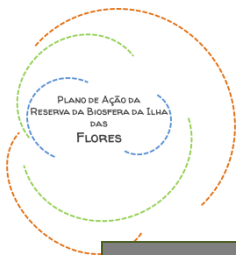
2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
X	X	X	X	X	X	X

Indicadores

- N.º de acordos de geminação;
- N.º de elementos da RBIF que participaram em intercâmbios entre RB nacionais.

Relação com outras Ações:

--



FICHA DE AÇÃO

Código e Designação da Ação:

B7.1 Estabelecer uma Rede internacional de cientistas/ detentores de conhecimento que trabalhe nas RB ou com elas e que colabore com outras Redes de cientistas/ detentores de conhecimento (nacionais e internacionais)

Área Estratégica:

B - Colaboração inclusiva, dinâmica e orientada para os resultados e dinâmicas de rede dentro do MaB e da RMRB

Objetivo

B7- Criação de uma Rede interdisciplinar, ativa e aberta, de âmbito científico/ detentores de conhecimento com a visão do MaB e uma missão comum

Tarefas:

B7.1.1 - Estabelecer uma Rede internacional de cientistas/ detentores de conhecimento que trabalhe nas RB ou com elas e que colabore com outras Redes de cientistas/ detentores de conhecimento (nacionais e internacionais), como resultado das ações dos Objetivos A4 e B4.

Entidades Responsáveis:

CGRBIF

Entidades Parceiras:

Comité Nacional MaB

Cronograma de Execução

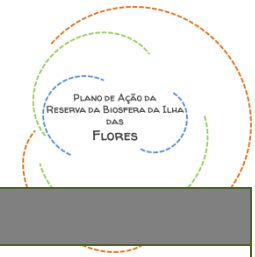
2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
	X	X	X	X	X	X

Indicadores

- N.º de especialistas/colaboradores de RB que, direta ou indiretamente, colaboram com a RBIF.
- Reabilitar um edifício no núcleo histórico para criar um pequeno "centro" de trabalho de investigação / laboratório (com residência, etc);
- Aprovação de projetos em programas europeus que potenciam o conhecimento recíproco das RB (por ex: ERASMUS +).

Relação com outras Ações:

A4.1; A4.2; A4.3; A4.4; A4.5; B4.1; B4.2; B4.3



FICHA DE AÇÃO

Código e Designação da Ação:

B7.2 Desenvolver uma agenda comum de investigação e troca de conhecimentos para a Rede internacional

Área Estratégica:

B - Colaboração inclusiva, dinâmica e orientada para os resultados e dinâmicas de rede dentro do MaB e da RMRB

Objetivo

B7- Criação de uma Rede interdisciplinar, ativa e aberta, de âmbito científico/ detentores de conhecimento com a visão do MaB e uma missão comum

Tarefas:

B7.2.1 - Desenvolver uma agenda comum de investigação e troca de conhecimentos para a Rede internacional.

Entidades Responsáveis:

CGRBIF

Entidades Parceiras:

Comité Nacional MaB

Cronograma de Execução

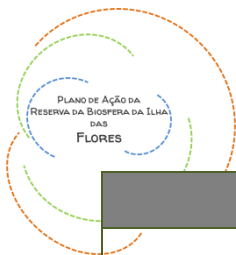
2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
	X	X	X	X	X	X

Indicadores

- Identificar e listar o n.º de projetos comuns à RNRB.

Relação com outras Ações:

--



FICHA DE AÇÃO

Código e Designação da Ação:

B7.3 Desenhar e estabelecer mecanismos de transferência de resultados científicos e facilitar a sua incorporação na tomada de decisão

Área Estratégica:

B - Colaboração inclusiva, dinâmica e orientada para os resultados e dinâmicas de rede dentro do MaB e da RMRB

Objetivo

B7- Criação de uma Rede interdisciplinar, ativa e aberta, de âmbito científico/ detentores de conhecimento com a visão do MaB e uma missão comum

Tarefas:

B7.3.1 - Desenhar e estabelecer mecanismos de transferência de resultados científicos e facilitar a sua incorporação na tomada de decisão.

Entidades Responsáveis:

CGRBIF

Entidades Parceiras:

DRA/PNI
Entidades de I&D+i

Cronograma de Execução

2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
	X	X	X	X	X	X

Indicadores

- N.º de encontros de partilha de informação técnico/científica produzida ou aplicada em RB nos quais representantes da RBIF participaram.

Relação com outras Ações:

--



C – PARCERIAS EXTERNAS EFICAZES, FINANCIAMENTO SUFICIENTE E SUSTENTÁVEL PARA O PROGRAMA MAB E PARA A REDE MUNDIAL DE RESERVAS DA BIOSFERA

FICHA DE AÇÃO

Código e Designação da Ação:

C2.1 Criar e concretizar oportunidades de colaboração e parcerias no âmbito da UNESCO, outras organizações internacionais (exemplo IUCN, WWF, UNDP) e convenções internacionais (exemplo Convenção sobre a Biodiversidade, Alterações Climáticas, Desertificação, Ramsar)

Área Estratégica:

C - Parcerias Externas eficazes, financiamento suficiente e sustentável para o Programa MaB e para RMRB

Objetivo

C2- Reconhecimento do Programa MaB como parceiro-chave no âmbito da UNESCO e de outras organizações e convenções internacionais

Tarefas:

C2.1.1 - Promover oportunidades de colaboração e parcerias criadas e concretizadas pela RNRB no âmbito da UNESCO, outras organizações e convenções internacionais.

Entidades Responsáveis:

CGRBIF
Comité Nacional MaB

Entidades Parceiras:

DRA/PNI

Cronograma de Execução

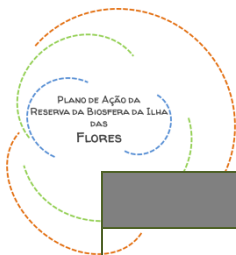
2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
	X	X	X	X	X	X

Indicadores

- N.º de colaborações e parcerias criadas e concretizadas

Relação com outras Ações:

--



FICHA DE AÇÃO

Código e Designação da Ação:

C3.1 Fomentar a organização de sessões de capacitação no âmbito da geração de receitas por atores locais e gestores das RB

Área Estratégica:

C - Parcerias Externas eficazes, financiamento suficiente e sustentável para o Programa MaB e para RMRB

Objetivo

C3 - RB e redes regionais geradoras das suas próprias receitas

Tarefas:

C3.1.1 - Fomentar a organização de sessões de capacitação no âmbito da geração de receitas por atores locais e gestores das RB (ex. apanha de algas, agricultura biológica, uso da água, etc.), como resultado das ações A4.2, A4.3, A4.5, A5.2 e A5.3 e A5.4.

Entidades Responsáveis:

CGRBIF

Entidades Parceiras:

DRA/PNI

Cronograma de Execução

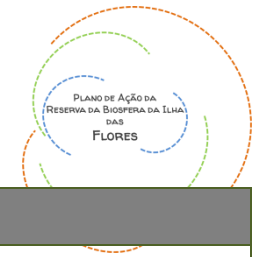
2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
X	X	X	X	X	X	X

Indicadores

- N.º de sessões de capacitação realizadas;
- N.º de atores locais envolvidos na RB.

Relação com outras Ações:

A4.2, A4.3, A4.5, A5.2 e A5.3 e A5.4.



FICHA DE AÇÃO

Código e Designação da Ação:

C3.2 Promover parcerias para angariar fundos a partir de entidades externas com objetivos compatíveis com o Programa MaB

Área Estratégica:

C - Parcerias Externas eficazes, financiamento suficiente e sustentável para o Programa MaB e para RMRB

Objetivo

C3 - RB e redes regionais geradoras das suas próprias receitas

Tarefas:

C3.2.1 - Promover parcerias para angariar fundos a partir de entidades externas com objetivos compatíveis com o Programa MaB (articular com Ação A5.3);
C3.2.1 - Gestão transversal entre as RB dos Açores do financiamento proveniente do Comité MAB (eeaGrants) para ações transversais dos seus planos de ação.

Entidades Responsáveis:

CGRBIF

Entidades Parceiras:

DRA/PNI
Comité Nacional MaB

Cronograma de Execução

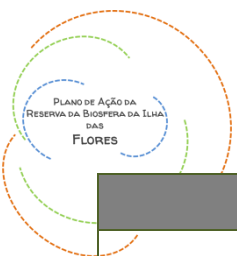
2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
X	X	X	X	X	X	X

Indicadores

- N.º de ações executadas na RBIF financiadas através de parcerias.

Relação com outras Ações:

A5.3



FICHA DE AÇÃO

Código e Designação da Ação:

C4.1 (C4.2) Criar oportunidades de colaboração e parcerias com o setor privado que sejam abertas, responsáveis e sustentáveis (exemplo: empresas nas áreas agrícolas, industriais, turismo, marketing)

Área Estratégica:

C - Parcerias Externas eficazes, financiamento suficiente e sustentável para o Programa MaB e para RMRB

Objetivo

C4 - Reconhecimento do Programa MaB como parceiro-chave por parte do setor privado

Tarefas:

C4.1.1 - Criar oportunidades de colaboração e parcerias com o setor privado que sejam abertas, responsáveis e sustentáveis, como resultado das ações A4.2, A4.3, A4.5, A5.2 e A5.3 e A5.4.

Entidades Responsáveis:

CGRBIF

Entidades Parceiras:

Entidades e organizações empresariais e industriais
GAL

Cronograma de Execução

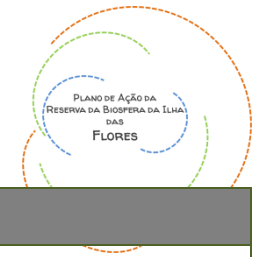
2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
X	X	X	X	X	X	X

Indicadores

- N.º de colaborações/parcerias com o setor privado;
- N.º de eventos realizados para captação de recursos e parcerias;
- N.º de projetos financiados por privados na RBIF.

Relação com outras Ações:

A4.2, A4.3, A4.5, A5.2 e A5.3 e A5.4.



FICHA DE AÇÃO

Código e Designação da Ação:

C5.1 Criar oportunidades para financiamento de projetos e ações por programas de financiamento regionais, nacionais ou internacionais (exemplos: Fundos regionais; Horizon 2020, LIFE, PDR, Fundo EFTA, PT 2020; INTERREG, outros)

Área Estratégica:

C - Parcerias Externas eficazes, financiamento suficiente e sustentável para o Programa MaB e para RMRB

Objetivo

C5 - Reconhecimento de que o Programa MaB contribui para o cumprimento dos objetivos dos Programas de financiamento nacionais e regionais

Tarefas:

C5.1.1 - Criar oportunidades de colaboração e parcerias com o setor privado que sejam abertas, responsáveis e sustentáveis, como resultado das ações A4.2, A4.3, A4.5, A5.2 e A5.3 e A5.4.

Entidades Responsáveis:

CGRBIF

Entidades Parceiras:

Entidades e organizações empresariais e industriais

GAL

DRA/PNI

DRAIC

DRCT

Cronograma de Execução

2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
X	X	X	X	X	X	X

Indicadores

- N.º de projetos financiados por mecanismos financeiros regionais, nacionais e internacionais;
- N.º de Programas de financiamento com referência expressa à RBIF.

Relação com outras Ações:

A4.2, A4.3, A4.5, A5.2 e A5.3 e A5.4.



FICHA DE AÇÃO

Código e Designação da Ação:

C6.1 Assegurar orientação e formação aos empreendedores, às empresas e associações sociais que queiram participar nas RB

Área Estratégica:

C - Parcerias Externas eficazes, financiamento suficiente e sustentável para o Programa MaB e para RMRB

Objetivo

C6 - Cativar empreendedorismo e empresas sociais nas atividades das RB

Tarefas:

C6.1.1 - Assegurar orientação e formação aos empreendedores, às empresas e associações sociais que queiram participar na RBIF (articulação com as ações A1.1, A1.5 e A4.5.).

Entidades Responsáveis:

CGRBIF

Entidades Parceiras:

Entidades e organizações empresariais e industriais

GAL

DRA/PNI

Entidades formadores, de ensino e I&D+i

Cronograma de Execução

2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
X	X	X	X	X	X	X

Indicadores

- N.º de sessões de (in) formação sobre RB para empreendedores.
- N.º de empresas e associações de cariz social que participam na gestão das RB

Relação com outras Ações:

A1.1, A1.5 e A4.5



FICHA DE AÇÃO

Código e Designação da Ação:

C7.2 Fomentar a utilização da marca RB em produtos e serviços de acordo com as normas/regulamento regional

Área Estratégica:

C - Parcerias Externas eficazes, financiamento suficiente e sustentável para o Programa MaB e para RMRB

Objetivo

C7 - Reconhecimento nacional e internacional das RB

Tarefas:

C7.1.1 - Fomentar a utilização da marca "Biosfera Açores" em produtos e serviços de acordo com o regulamento (Portaria n.º 27/2011, de 28 de abril) (realização de feiras e divulgação, etc. – por exemplo: ação A1.3);

C7.1.2 - Analisar a viabilidade de associar a marca "Biosfera Açores" à marca "Açores", em alguns sectores, como por exemplo: Artesanato

Entidades Responsáveis:

CGRBIF

Entidades Parceiras:

Entidades e organizações empresariais e industriais

GAL

DRA/PNI

DRAIC / SDEA

Municípios

Cronograma de Execução

2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
X	X	X	X	X	X	X

Indicadores

- N.º de produtos e serviços que utilizam a marca "Biosfera Açores".

Relação com outras Ações:

A1.3



FICHA DE AÇÃO

Código e Designação da Ação:

C8.1 Encorajar a promoção e o marketing conjuntos dos produtos e serviços das RB, entre elas e fora delas

Área Estratégica:

C - Parcerias Externas eficazes, financiamento suficiente e sustentável para o Programa MaB e para RMRB

Objetivo

C8 - Potenciar as sinergias entre as RB

Tarefas:

C8.1.1 - Encorajar a promoção e o marketing conjuntos dos produtos e serviços das RB Nacionais (articulação com as ações A1.3) e com a marca "Açores" (articulação com a Ação C7.2);

C8.1.2 – Candidatura conjunta para promoção e marketing entre as RB dos Açores para acesso ao financiamento proveniente do Comité MAB (eeaGrants) para ações transversais dos seus planos de ação.

Entidades Responsáveis:

CGRBIF

Entidades Parceiras:

DRA/PNI

Comité Nacional MaB

Cronograma de Execução

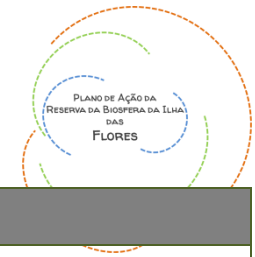
2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
X	X	X	X	X	X	X

Indicadores

- N.º de ações de marketing conjuntas entre RB.

Relação com outras Ações:

A5.2, A5.4, C3.2



FICHA DE AÇÃO

Código e Designação da Ação:

C8.2 Facilitar informação às Agências de Viagem e Postos de Turismo sobre as RB e os produtos e serviços acreditados com a marca RB

Área Estratégica:

C - Parcerias Externas eficazes, financiamento suficiente e sustentável para o Programa MaB e para RMRB

Objetivo

C8 - Potenciar as sinergias entre as RB

Tarefas:

C8.2.1 - Facilitar informação às Agências de Viagem e Postos de Turismo sobre os produtos e serviços locais acreditados com a marca "Biosfera Açores".

Entidades Responsáveis:

CGRBIF

Entidades Parceiras:

DRA/PNI
DRTu
DRC

Cronograma de Execução

2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
X	X	X	X	X	X	X

Indicadores

- N.º de produtos e serviços promovidos junto de Postos de turismo e Agências de viagens nomeadamente na área do ecoturismo e turismo rural.

Relação com outras Ações:

--



D – COMUNICAÇÃO, INFORMAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE DADOS DE FORMA INTELIGÍVEL, MODERNA, ABERTA E TRANSPARENTE

FICHA DE AÇÃO

Código e Designação da Ação:

D1.1 Implementar a política de Acesso aberto adotada pela normativa do CCI de 2014 e os princípios e práticas da Ciência Aberta

Área Estratégica:

D - Comunicação, informação e divulgação de dados de forma inteligível, moderna, aberta e transparente

Objetivo

D1- Disponibilização total de documentos, dados, informação e outros materiais MaB – Acesso aberto

Tarefas:

D1.1.1 - Implementar a política de Acesso Aberto adotada pela normativa do CCI de 2014 e os princípios e práticas da Ciência Aberta.

Entidades Responsáveis:

CGRBIF

Entidades Parceiras:

DRA/PNI
Comité Nacional MaB
DRCT

Cronograma de Execução

2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
	X	X	X	X	X	X

Indicadores

- N.º de documentos disponíveis nos sites das RB, da CNU e do Comité MaB;
- N.º de pedidos de informação solicitada e respondida.

Relação com outras Ações:

--



FICHA DE AÇÃO

Código e Designação da Ação:

D2.1 Criar uma Estratégia de comunicação e um Plano de ação

Área Estratégica:

D - Comunicação, informação e divulgação de dados de forma inteligível, moderna, aberta e transparente

Objetivo

D2- Promover um maior conhecimento sobre os vários aspetos do Programa MaB (integra a ação A2.4)

Tarefas:

D2.1.1 - Desenvolver o Plano de Ação de Comunicação e Imagem para a RBIF e para a Rede Regional, suportado pela criação de um sítio WEB para as Reservas da Biosfera dos Açores e com um separador específico para cada uma das RB, inclusive a das Flores, como um todo:

- Definir normas, critérios e boas práticas, atividades específicas de divulgação, entre outras para a gestão e governança de cada reserva da Biosfera;
- Identificar mecanismos e ferramentas de participação pública e processos de transparência.

Entidades Responsáveis:

DRA/PNI

Entidades Parceiras:

CGRBIF
Comité Nacional MaB

Cronograma de Execução

2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
X	X	X	X	X	X	X

Indicadores

- Existência de uma Estratégia de comunicação para as RB dos Açores.

Relação com outras Ações:

D2.2



FICHA DE AÇÃO

Código e Designação da Ação:

D2.2 Implementar o Plano de ação de comunicação

Área Estratégica:

D - Comunicação, informação e divulgação de dados de forma inteligível, moderna, aberta e transparente

Objetivo

D2- Promover um maior conhecimento sobre os vários aspetos do Programa MaB (integra a ação A2.4)

Tarefas:

D2.2.1 - Implementar o Plano de Ação de Comunicação e imagem (nomeadamente com criação de uma “mascote” específica para RB das Flores) e que envolva iniciativas como concursos de fotografia, vídeos ou outros ligados à(s) temática(s) das RB;

D2.2.2 - Disponibilização de flyers e outros materiais de divulgação da RB em museus, escolas, restaurantes, alojamento turístico.

Entidades Responsáveis:

DRA/PNI
CGRBIF

Entidades Parceiras:

Comité Nacional MaB

Cronograma de Execução

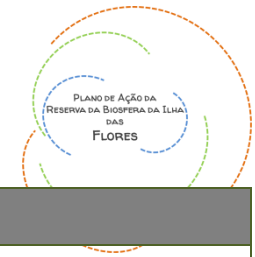
2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
	X	X	X	X	X	X

Indicadores

- N.º de iniciativas do Plano de ação de comunicação realizadas.

Relação com outras Ações:

D2.1



FICHA DE AÇÃO

Código e Designação da Ação:

D3.1 Utilizar as redes sociais e outras novas tecnologias de informação e comunicação

Área Estratégica:

D - Comunicação, informação e divulgação de dados de forma inteligível, moderna, aberta e transporte

Objetivo

D3- Promover maior alcance e participação – Redes sociais

Tarefas:

D3.1.1 - Desenvolvimento da comunicação das RB através das redes sociais.

Entidades Responsáveis:

CGRBIF

Entidades Parceiras:

DRA/PNI

Cronograma de Execução

2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
X	X	X	X	X	X	X

Indicadores

- N.º de RB com perfis/divulgação oficial em redes sociais.

Relação com outras Ações:

D2.1; D2.2



E – GOVERNANÇA EFETIVA DO PROGRAMA MAB DA REDE MUNDIAL DE RESERVAS DA BIOSFERA E NO INTERIOR DESTAS

FICHA DE AÇÃO

Código e Designação da Ação:

E4.1 Contribuir de forma efetiva para as Redes regionais e temáticas em que o Comité MaB ou a RBIF participa (em particular através das ações da área estratégica B

Área Estratégica:

E - Governança Efetiva do Programa MaB, da RMRB e no interior das RB

Objetivo

E4- Contribuir de forma efetiva para as Redes regionais e temáticas em que o Comité MaB ou a RBIF participa (em particular através das ações da área estratégica B

Tarefas:

E4.1.1 - Contribuir de forma efetiva para as Redes regionais e temáticas em que o Comité MaB ou a RBIF participa através da implementação das ações da Área Estratégica B, especificamente das ações dos Objetivos B4, B6 e B7, e da Área Estratégica C, das ações dos Objetivos C3, C6 e C8.

Entidades Responsáveis:

CGRBIF

Entidades Parceiras:

DRA/PNI
Comité Nacional MaB

Cronograma de Execução

2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
X	X	X	X	X	X	X

Indicadores

- N.º de presenças da RBIF em reuniões das Redes;
- Promover protocolos de cooperação e/ou participação ativa na definição de ações conjuntas;
- (indicadores e reporte dos resultados das ações das Áreas Estratégicas B e C).

Relação com outras Ações:

Ações dos Objetivos B4, B6 e B7 e dos Objetivos C3, C6 e C8.





Governo dos Açores

SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
DIREÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE



PLANO DE AÇÃO DA RESERVA DA BIOSFERA DA ILHA DAS FLORES